

COZINHA

DE

proposta de cozinha emergencial
para as ocupações do MTST

GUERRILHA

TAINÃ PIMENTEL

COZINHA

DE

proposta de cozinha emergencial
para as ocupações do MTST

GUERRILHA

ALUNA: TAINÃ MACEDO PIMENTEL

RECIFE, 2024

ORIENTADOR: BRUNO LIMA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

“No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover contra a dominação, contra a opressão. No momento em que escolhemos amar, começamos a nos mover em direção à liberdade, a agir de formas que libertam a nós e aos outros.”

Bell Hooks

dedico à todos que amam.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Pimentel, Tainã Macedo.

Cozinha de guerrilha: proposta de cozinha emergencial para as ocupações do MTST / Tainã Macedo Pimentel. - Recife, 2024.

61 p. : il.

Orientador(a): Bruno de Albuquerque Ferreira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Movimentos sociais. 2. Assessoria Técnica Popular. 3. Pesquisa Participante. 4. Estruturas Coletivas Temporárias. 5. Tecnologia da construção. I. Ferreira, Bruno de Albuquerque. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

AGRA DE CI MEN TOS

à vocês que me fizeram chegar até aqui,
Meu muito obrigada!

Agradeço primeiramente à Universidade Pública, gratuita e inclusiva

à painho e mainha, Dea e Pimenta, por serem minha fortaleza e meu farol , me fazendo ser tudo que sou

à minha irmã, Tau, pelo apoio incondicional e risadas mais sinceras

ao meu sobrinho, Bem, pelo amor mais puro e por todo conhecimento sobre dinossauros, passáros, peixes e tubarões. Titi ama te ver crescer.

ao meu parceiro e grande amor, Gabriel, pelo apoio imprescindível nesse trabalho e por fazer qualquer jornada parecer um sonho. Caminho feliz da vida com você.

aos incríveis amigos de curso, Vini, Teteus, Mari, Ana, Leticia, Juliana, Ricardo, Natinho e Luiz por resistirem a todos os segnos e codas comigo

às minhas amigas e grandes arquitetas populares, Gabi, Bela, Lahys, Carol, Dudão, Julia, Salomé, Juliana e Raissa, por dividir o sonho de uma atuação profissional radical e libertadora

à minha avó, Yolanda, pelo melhor colo e feijão preto com macarrão que existe e também à minha avó, Iracy, que segue viva e sorridente no meu coração

aos meus amigos mais longevos Daniel, Henrique, Bia, Héber, Wesley, Igor, Mariana, Ana Cecília, Duda e Julliana, pela amizade sincera, forte e duradoura.

à minha grande amiga e primeira cliente, Rayana, por acreditar e confiar em mim desde sempre

à Sandra, Isis, Branca, Maria, Vitoria, e tantas outras mulheres trabalhadoras que me inspiram com sua força e competência na vida.

à Bruno, pelos ensinamentos, que vêm bem antes da orientação do TCC, desde o início da graduação, refletindo no meu trabalho enquanto profissional

à Izabella Galera, por ser minha referencia de professora e arquiteta popular

ao MTST por me permitir uma construção prática no interior da luta

AVANTE!

RESUMO ABSTRACT

Diante da demanda urgente de enfrentamento do crítico déficit habitacional brasileiro, as ocupações de luta por “teto, trabalho e pão” do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) avançam em todo país, pautando a ineficiência do Estado na resolução desses problemas. Nesse processo de disputa pela função social da propriedade urbana, as estruturas coletivas temporárias têm papel fundamental para mobilização popular, permitindo que as pessoas possam ocupar e resistir com dignidade. Para responder à necessidade de melhoria das estruturas físicas desses assentamentos, o Trabalho parte do equipamento que é construído nas primeiras horas de ocupação: A COZINHA.

Essa célula inicial cumpre a função básica e cotidiana da alimentação e é responsável, ainda, pela definição dos traçados, arruamentos e lógicas organizacionais do terreno. A cozinha se caracteriza como epicentro da mobilização, por ser um ponto de referência no espaço e sediar atividades de assembleia, conscientização política e decisões coletivas. Diante desse cenário, o trabalho evidencia a importância da cozinha enquanto principal estrutura de suporte à luta popular pelos direitos fundamentais, bem como a atuação do MTST no combate à fome através das cozinhas emergenciais e solidárias.

O resultado buscou apresentar uma alternativa que atenda as demandas funcionais, poupando recursos materiais e esforços humanos. Além disso, a natureza modular, adaptável e flexível da proposta busca dar suporte para o planejamento e a definição de soluções sistemáticas que possam ser reproduzidas para abarcar outros usos importantes como creches, banheiros e centros culturais, fortalecendo o processo de luta e garantia dos direitos sociais.

Faced with the urgent demand to face the critical Brazilian housing deficit, the struggles for “house, work and bread” by the Homeless Workers Movement (MTST) are advancing across the country, highlighting the State’s inefficiency in resolving these problems. In this process of dispute over the social function of urban property, temporary collective structures play a fundamental role in popular mobilization, allowing people to occupy and resist with dignity. To respond to the need to improve the physical structures of these settlements, the Work starts from the equipment that is built in the first hours of occupation: THE KITCHEN.

This initial cell fulfills the basic and daily function of food and is also responsible for defining the layouts, streets and organizational logic of the land. The kitchen is characterized as the epicenter of mobilization, as it is a reference point in the space and hosts assembly activities, political awareness and collective decisions. Given this scenario, the work highlights the importance of the kitchen as the main support structure for the popular struggle for fundamental rights, as well as the MTST’s role in combating hunger through emergency and solidarity kitchens.

The result sought to present an alternative that meets functional demands, saving material resources and human efforts. Furthermore, the modular, adaptable and flexible nature of the proposal seeks to support the planning and definition of systematic solutions that can be reproduced to cover other important uses such as daycare centers, bathrooms and cultural centers, strengthening the process of fighting and guaranteeing rights social.

10 SEM TETO, COM FOME: PANORÂMA DO DÉFICIT HABITACIONAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

- 11** CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROBLEMA
- 13** URBANIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS CIDADES
- 15** PANDEMIA E O AUMENTO DA MISÉRIA

17 ALIMENTAR PARA LUTAR E LUTAR PARA ALIMENTAR: ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO COMBATE À FOME

- 19** CONTEXTO DE SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO - MTST

23 ARQUITETURA EM MOVIMENTO CONCEITOS CHAVE DA PROPOSTA

- 23** COZINHA: O PONTO ZERO DA OCUPAÇÃO
- 24** ARQUITETURA EFÊMERA E EMERGENCIAL
- 26** CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA COZINHA DA OCUPAÇÃO COMPANHEIRO LOURENZON
- 31** REFERÊNCIAIS PROJETUAIS

35 A PROPOSTA COZINHA DE GUERRILHA

- 35** MODULAÇÃO
- 38** SISTEMA CONSTRUTIVO
- 40** REPLICABILIDADE
- 48** CADERNO DE DESENHOS

54 LISTA DE FIGURAS

58 BIBLIOGRAFIA

SU MÁ RIO

A luta continua porque estou farto de esperar

Estou farto das migalhas

A minha terra tem maná, leite e mel e não como

Tenho fome de séculos

Já não suporto os ladrões do meu pão

Já não suporto os ladrões da minha força

Já não suporto os ladrões das minhas riquezas

Ainda ontem na minha rua alguém pedia esmola

A luta continua porque do oceano ao leste

A quitandeira ainda grita: laranja, laranja minha senhora

A lavadeira ainda diz: bom dia minha senhora

A luta continua..

***Armindo Francisco. A Luta continua.
Luanda, 1976***

INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo, denominado **“COM FOME, SEM TETO”** apresenta um panorama dos temas centrais que envolvem a proposta: a fome, falta de moradia e a luta pela dignidade humana. São abordados contexto histórico, problemáticas, bem como dados que revelam essa realidade urgente

No segundo capítulo, **“ALIMENTAR PARA LUTAR E LUTAR PARA ALIMENTAR”** apresenta-se a conjuntura de surgimento dos movimentos sociais urbanos, dando enfoque na atuação do MTST no combate à fome através das cozinhas emergenciais nas ocupações, e as cozinhas solidárias, que em 5 de março desse ano se tornou política pública.

No terceiro capítulo, **“ARQUITETURA EM MOVIMENTO”** é explorada a importância das cozinhas como instrumento político destacando aspectos de sua organização, estratégia de implantação e relevância para uma mobilização social. Além disso, são traçados os princípios arquitetônicos norteadores e debates teóricos que abarcam a proposta. Por fim, são destacadas as referências projetuais que expressam tais princípios arquitetônicos e que subsidiam informações para o desenvolvimento da proposta.

o quarto e último capítulo **“A PROPOSTA”** vai tratar do desenvolvimento do protótipo de cozinha de guerrilha, apresentando sua geometria de base, modulação, sistema construtivo, processo construtivo, materialidade, soluções internas, viabilidade econômica e por fim os cadernos técnicos finais. Ao final desenha-se um panorama futuro de continuação dos estudos de aplicabilidade do protótipo desenvolvido para outras funcionalidades necessárias para se estruturar uma ocupação.

capítulo 01

SEM TETO, COM FOME:

panorâma do deficit habitacional e insegurança alimentar no brasil

O direito à moradia é um dos pilares dos direitos fundamentais, enraizado na esfera dos direitos sociais e encontra respaldo em diversos instrumentos legais nacionais e internacionais. O artigo 25, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)¹, reconhece pela primeira vez esse direito na composição da dignidade humana, em um marco significativo no pós-guerra que estabeleceu princípios de cooperação e solidariedade na ordem internacional. No Brasil foi inserido na Constituição Brasileira ²desde anos 2000, no seu artigo 6º, por meio de emenda constitucional. Apesar disso, esse direito vem sendo negado a uma parcela significativa e vulnerável da população brasileira. Dados da pesquisa “A população em situação de rua nos números do Cadastro Único” (Ipea), indicam que em 2024 o Brasil soma cerca de **227 mil pessoas** em situação de rua, um aumento de **935% em 10 anos**.

Art. 25º Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis[...].(DUDH, 1948)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.(BRASIL, 1988).



FIG. 01: AUMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO GOOGLE STREET VIEW.

Para além de se tratar um problema de ausência quantitativa de moradias, os números crescem ainda mais em termos da avaliação qualitativa do morar. O conceito de necessidades habitacionais, desenvolvido pela Fundação João Pinheiro - FJP (1995), é referência metodológica para mesurar a situação habitacional no Brasil. A metodologia reconhece dois indicadores distintos: o déficit habitacional e a inadequação dos domicílios sendo o déficit habitacional a necessidade de construção de novas moradias, enquanto a inadequação dos domicílios se trata de critérios de precariedade que prejudicam a qualidade de vida dos moradores.

O déficit habitacional é calculado a partir de quatro componentes: i) domicílios precários, ii) coabitação familiar, iii) ônus excessivo com aluguel urbano e iv) adensamento excessivo de domicílios alugados. De acordo com os dados revisados pela Fundação João Pinheiro, com base no ano de 2019, o déficit habitacional em todo o Brasil é estimado em **5,8 milhões de moradias**. Uma das principais causas desse crescimento é o ônus excessivo com aluguel urbano, que se tornou o principal componente do déficit habitacional. Já a inadequação das moradias é calculada com base em cinco critérios: i) carência de infraestrutura, ii) adensamento excessivo de domicílios próprios, iii) ausência de banheiro exclusivo, iv) cobertura inadequada e v) inadequação fundiária urbana. De acordo com os dados consolidados na pesquisa, a quantidade de residências que apresentam algum tipo de inadequação chega a mais de **24,8 milhões**, sendo a falta de infraestrutura e a inadequação fundiária urbana, os índices de maior expressividade.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROBLEMA:

Tentar traçar uma linha histórica da origem do problema das habitações e das cidades brasileiras requer um estudo aprofundado que foje do escopo do trabalho, mas é possível costurar alguns acontecimentos que permitem compreender a condição demasiadamente política e histórica desse problema. A lógica de disputa de poderes e dominação que subjugou populações inteiras no passado, subsistem até hoje na realidade da desigualdade no acesso a direitos fundamentais no país.

PERÍODO COLONIAL

“A guerra da colonização nada mais é que uma guerra territorial, de disputa de territorialidades.” (Bispo, 2015).

A aliança entre a burguesia, ávida por lucros, e a Igreja, decidida a disseminar sua doutrina e ampliar seu poder, patrocinaram expedições de navegação ultramarítimas na Idade Moderna. Nesse cenário de política expansionista, a fim de atender interesses econômicos e supostamente sacros, a colonização brasileira teve como sustentáculo a barbárie da escravização dos povos afropindorânicos.³

Nós [...] concedemos livre e ampla licença ao rei Afonso para invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades”
Bula “Romanus Pontifex”, Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455

Diante de toda violência do regime escravocrata, houve também muita revolta e resistência, com destaque para o que Beatriz Nascimento, historiadora negra, afirma serem alternativas de organização social, ideológica e político-militar: **os quilombos**. Ao escapar, adentrando-se pelas matas virgens, reconstituindo os seus modos de vida em grupos comunitários contra colonizadores, foram formadas comunidades em parceria com os povos nativos, em determinados casos organizados como nômades, outras vezes ocupando um território fixo (BISPO, 2015, P.48). Beatriz reafirma a importância desses agrupamentos como símbolos de resistência ao dizer que **“Eles o empreendiam conscientes de que o rompimento com a sociedade só poderia ser feito dentro de uma luta”**. Ao fim do período colonial, foi promulgada a Lei de Terras (Lei 601 de 18 de setembro de 1850) que institucionalizou a propriedade privada, **excluindo os trabalhadores do acesso à terra**, estabelecendo que apenas pessoas brancas, cristãs e proprietárias de escravos poderiam adquirir terras ALMEIDA E ARAUJO (2022, p.124 APUD ARAUJO, 2011, p.56). Essa legislação teve um impacto significativo na estrutura fundiária do Brasil e na exclusão socioeconômica de grupos marginalizados, como os ex-escravizados. Não obstante, a abolição tardia e sem amadurecimento político-ideológico, libertou um grande contingente populacional que não participou ou recebeu políticas de inserção na sociedade. Esse cenário resultou em grande desigualdade no acesso à terras e moradia.

³
A denominação de povos quilombolas, negros e indígenas como afropindorânicos é uma sugestão do líder quilombola e escritor Antonio Bispo dos Santos.

URBANIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DAS CIDADES

Com a promulgação da primeira constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, os analfabetos, majoritariamente negros e indígenas, **foram privados do direito ao voto e de se candidatar a cargos políticos** (Lei Saraiva, 1881) com a exigência do letramento. Além disso, seus direitos culturais, com o uso de suas línguas, práticas religiosas e celebrações, foram restringidos, sendo criminalizados em muitos casos. Isso gerou uma série de conflitos e rebeliões ao longo do período republicano (1889-1930), incluindo a Revolta da Chibata (1910), a Revolta dos Tenentes (1922) e a Revolta de 1924, que resultou na Coluna Prestes. O acúmulo dessas tensões sociais gradualmente minou a organização político-social dos republicanos, levando a um golpe militar em 1930. Esse golpe deu origem ao chamado Governo Provisório, que mais tarde evoluiu para o Estado Novo, também conhecido como Ditadura Vargas (BISPO, 2015, p.52)

Na escala local, o período pré-Vargas se caracterizou pela expansão do território do Recife, que deixou de ser vila e passou a ser reconhecida como cidade (Alves, 2009). Durante esse período, Freyre (1936) aponta o surgimento dos mocambos, habitações improvisadas construídas pelos próprios habitantes nos entornos da cidade e em áreas alagáveis como forma de acesso à moradia. Os mocambos já ocupavam os mangues de Recife desde o século XVII e, assim como aconteceu nacionalmente, com a abolição da escravidão eles passaram a se multiplicar, ocupando não só os mangues e planícies alagáveis, como também as áreas de morros ALMEIDA E ARAUJO (2022, p.124 APUD AGUIAR; ARAUJO, 2020). Durante o Estado Novo (1937-1945), especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas estabeleceu um acordo com os Estados Unidos, enviando soldados brasileiros para lutar ao lado dos “aliados”. Em troca desse apoio, o Brasil recebeu suporte para sua industrialização e reestruturação das forças armadas. Curiosamente, enquanto os soldados brasileiros lutavam na Europa contra o Holocausto do povo judeu, no Brasil, sua força era utilizada para promover a expropriação territorial e o genocídio das populações tradicionais locais. Durante esse período, foram criados importantes órgãos estatais e empresas, como o Ministério da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, entre outros (BISPO, 2015, p.52).

Essas mudanças e investimentos proporcionaram o rápido desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Vale ressaltar que entre 1930 e 1964, a população saltou de cerca de 30 milhões para quase 71 milhões de habitantes (ALMEIDA E ARAUJO, 2022, p.124). Esse período é marcado pela degradação ambiental, expropriação territorial para formação de grandes latifúndios voltados à monocultura de exportação, urbanização acelerada e industrialização. Esse processo teve início no Estado Novo, e foi intensificado na República Nova (1945-64), e atingiu níveis extremos de destruição e violência durante a Ditadura Militar (1964-1985), continuando até os dias atuais no que hoje é chamado de Estado Democrático de Direito (BISPO, 2015, p. 76).

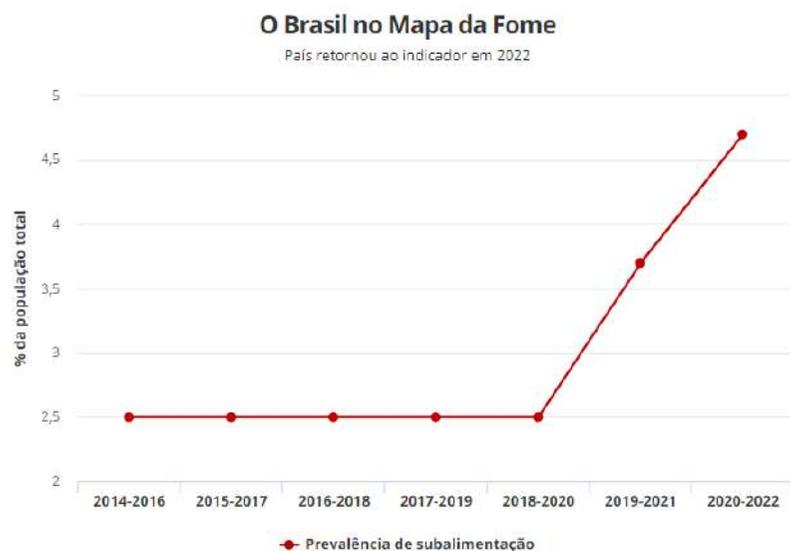
Nessa fase de intensa urbanização das metrópoles, durante as décadas de 60 e 70, ocorreram mudanças significativas na lógica de funcionamento das cidades. Antes parcialmente desmercantilizadas, as cidades passaram a ser tratadas como mercadorias e inseridas nos circuitos de valorização financeira NASCIMENTO(2020, p.08 apud RIBEIRO; DINIZ, 2017). Uma das consequências desse novo papel foi a estreita relação entre o capital privado e os gestores públicos, que passaram a enxergar o meio urbano como um ativo com potencial de geração de lucro. Essa relação se estreitou tanto que em 2010, 54% dos senadores e deputados federais eleitos receberam “doações” milionárias de grandes empreiteiras (BOULOS, 2012). Para Maricato (2015) a classe trabalhadora busca a cidade principalmente por suas necessidades básicas, como moradia e serviços (valor de uso). Por outro lado, o capital imobiliário vê a cidade como uma mercadoria, buscando lucro com sua compra e venda (valor de troca). Em paralelo, áreas subocupadas serviam como reserva de valor, aguardando a valorização do solo para ingressarem no mercado imobiliário. A capitalização de excedentes de valor por meio de investimentos públicos em infraestrutura e serviços urbanos nas novas áreas ocupadas foi uma característica marcante (LACERDA, MENDES , ZANCHETI, DINIZ, 2000, p.01)

segundo Garcez (2023, p.10 apud Lefebvre, 2001):

“ParaLefebvre(2001)odireitoàcidadepodeservistocomoumdireitoinalienávelàvida.Nessesentido,aocupação torna-se uma estratégia de resistência do excluídos. Para entender a complexidade na qual estão inseridas as resistências é necessário considerar que elas se passaram a se intensificar no neoliberalismo, não somente como uma ação contra a política econômica que destrói direitos e instituições para maximização da exploração econômica, mas, também contra um modelo desigual que busca gerir e espoliar a vida da população.”

PANDEMIA E O AUMENTO DA MISÉRIA

A pandemia do Covid-19 destacou que as disparidades sociais econômicas e raciais do país foram determinantes para as altas das taxa de infecção e mortalidade, escancarando a vulnerabilidade das áreas mais pobres diante de um dos momentos mais críticos do último século (Confins, 2020; Dantas, Costa e Silva, 2020; Fiocruz, 2020; Santos et al., 2020). O acesso a moradia de qualidade trata-se de fator essencial para evitar a propagação da doença, entretanto muitas pessoas não tinham condições de ficar em casa ou praticar medidas básicas de higiene devido as condições precárias de habitação. Além disso, a crise multifacetada desencadeada pela pandemia trouxe retrocessos sociais como o aumento da fome e insegurança alimentar. Os relatórios da ONU têm indicado retrocesso desde 2019. A tendência e os dados verificados levaram o país a retornar ao Mapa da Fome em 2022, oito anos após deixar a lista.



Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FIG. 02: O Brasil no Mapa da Fome

Ainda segundo o relatório, a frente econômica do país viu o Produto Interno Bruto crescer 2,9%, mas a renda das famílias encolheu, enquanto a inflação disparou. No primeiro semestre, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a ultrapassar a casa dos 11% no acumulado de 12 meses, mas desacelerou e fechou o ano em 5,8%. No caso de alimentos e bebidas, a inflação acumulada no ano foi de 11,6%. Com isso, a insegurança alimentar cresceu em todo o país. Diferentes estimativas apontam que entre **15 milhões e 33 milhões de pessoas passaram fome em 2022 e cerca de 125 milhões enfrentaram algum nível de insegurança alimentar.**

“Para que exista a jornada, precisamos produzir muito alimento, vencer a fome, pois, no último século, a fome tem sido a condição de chantagem neste país para que os povos não enfrentem seus algozes.”

Joelson Ferreira, 2021.

capítulo 02

ALIMENTAR PARA LUTAR E LUTAR PARA ALIMENTAR

A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO COMBATE À FOME

A fome e a má nutrição representam algumas das maiores crises civilizatórias e humanitárias do mundo. Dados da FAO revelam que a cada hora morrem 1 mil seres humanos em decorrência da desnutrição, dos quais, anualmente, 5 milhões são crianças com menos de 5 anos de idade. E isso não ocorre devido à falta de alimentos. A FAO assegura que o planeta produz alimentos suficientes para 11 bilhões de pessoas.

Historicamente, o próprio conceito de segurança alimentar teve sua abordagem alterada ao longo do tempo. Segundo publicações da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - ABRANDH, após a Segunda Guerra Mundial, a questão foi predominantemente abordada como uma questão de disponibilidade inadequada de alimentos, com a crença de que a insegurança alimentar era principalmente resultado da produção insuficiente nos países mais pobres. Isso levou à implementação de programas de assistência alimentar, muitas vezes utilizando excedentes de produção dos países mais ricos. No entanto, desde então, a produção global de alimentos aumentou significativamente em relação ao crescimento populacional e mesmo com a ampliação da oferta de alimentos, a **persistência da fome**, em várias regiões do mundo, não diminuiu como esperado.

Um dos fatores que explica esse fenômeno é o direcionamento dos excedentes alimentares para o mercado de alimentos processados e industrializados. Isso demonstra que a verdadeira causa da fome continua sendo a falta de acesso à terra para produção ou à renda para comprar alimentos, refletindo uma profunda injustiça social. Assim, o conceito de segurança alimentar evoluiu para incluir não apenas a disponibilidade quantitativa de alimentos, mas também o **acesso físico e econômico sustentável a quantidades suficientes de alimentos para todos.**

O Brasil, um dos países mais populosos do mundo e com uma das maiores economias, ainda enfrenta desafios persistentes em relação à fome e à má nutrição, especialmente entre grupos vulneráveis como populações rurais, povos indígenas e comunidades de baixa renda. Esta realidade de precarização e fome se contrapõe à produtividade expressiva de alimentos que o país exporta para o mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil é o terceiro maior produtor de alimentos no mundo (se considerarmos a produção de grãos e proteína animal). No entanto, a exportação de 10% de commodities mundiais, garante o lucro para o agro-negócio mas não coloca a comida no prato dos mais de 33 milhões de brasileiros que estão passando fome. Isso significa dizer que somente **4 a cada 10 famílias brasileiras têm acesso pleno à alimentação**, demonstrando o desastre do modelo econômico colonial de concentração e exploração de terras.

“O sistema alimentar dominante do país referenda e produz desigualdade”, afirma Renato Maluf, coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Até o início do século XX, os movimentos sociais eram tradicionalmente entendidos como a organização e a ação dos trabalhadores por meio de sindicatos (Miranda,2018). A partir da década de 60, com a crescente delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, as definições dos movimentos sociais, embora ainda imprecisas, adquiriram uma consistência teórica, especialmente influenciadas pela obra de Alain Touraine. Para Touraine, os movimentos sociais se tornaram o principal objeto de estudo da Sociologia(Goss e Prudencio, 2004) . O processo é classificado por Telles como a “descoberta da sociedade como lugar da política” (TELLES, 1987, p. 62 apud GOSS, K.;PRUDENCIO, K. 2004, p. 77). Os autores deixam de analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado. Os partidos e sindicatos perdem o lugar de protagonistas políticos para os movimentos populares que ocorrem no bairro, no espaço social da moradia.

A autora afirma que a novidade dos movimentos populares também estava relacionada “com o reconhecimento da existência de sujeitos sociais que não se encaixavam na figuração tradicional e paradigmática da classe operária” (Idem, p. 66) e que por isso era necessário investigar a singularidade dessa configuração. Conforme sua conclusão, para entender os movimentos populares daquele momento histórico o conceito de classe social parecia estreito demais (Goss, 2002). Desde 1960, os movimentos sociais organizados estão inseridos em uma luta coletiva pautada na reivindicação da moradia digna e de melhores condições de vida, desempenhando um papel crucial na defesa dos interesses das populações mais vulneráveis. Embora situados em um campo marcado por tensões e conflitos constantes, é também no interior dessa luta que se encontra um ambiente pautado pela solidariedade, afeto, participação e autonomia.

CONTEXTO DE SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SEM TETO - MTST

Como foi abordado durante a contextualização histórica do problema da moradia, não é de hoje que os trabalhadores recorrem à ocupação para conseguir um pedaço de terra para morar e construir suas próprias casas. Nesse sentido, a motivação para se ocupar alguma área da cidade surge, não por um corpo político-organizacional, mas pela necessidade urgente de um teto para viver. Hoje inúmeras dessas ocupações são bairros consolidados nas periferias urbanas (BOULOS, 2012, p.48). No bojo do surgimento do PT e da CUT na década de 80, nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1984) motivado a contestar uma das maiores taxas de concentração de terras do mundo e promover a reforma agrária de uma forma que desafiasse a noção predominante de direitos de propriedade no Brasil. Com mais de 450 mil famílias assentadas e 100 mil famílias acampadas, o MST se trata de um dos movimentos mais conhecidos na América Latina e no Brasil, responsável pela produção de alimentos como arroz, leite, carne, café, cacau, sementes, mandioca, cana-de-açúcar e grãos, que são beneficiados e distribuídos em programas de doações (NEVES, 2023, p.50). Além da discussão central da reforma agrária, MST vem cooperando no combate a insegurança alimentar. Entretanto, com a crescente urbanização brasileiras e seus desafios fundou-se um outro Movimento que luta pela moradia digna nas cidades e não mais no campo. **O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)** surge em 1997 até chegar à nacionalização em 2009 e hoje protagoniza uma luta de mais de 25 anos pelo direito à moradia digna, à cidade e à reforma urbana.

O MTST adotou a tática de construir grandes ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas, buscando com isso integrar a luta por moradia com a luta por serviços e infraestrutura nos bairros mais pobres. Essa atuação confronta o capital imobiliário e sua relação com o Estado, resultando em enfrentamentos com poderosos opositores, incluindo repressão, despejos violentos e falta de concessões por parte dos governos. (BOULOS, 2012) As ocupações feitas pelos sem-teto visam inicialmente a construção de casas para aqueles que necessitam, porém acabam por englobar outras iniciativas. Mesmo se não houver a consolidação das moradias as ocupações geram conquistas significativas que impactam a vida daqueles que se erguem para lutar por seus direitos. A convivência coletiva em uma ocupação organizada, as novas formas de ocupação do território e o envolvimento nas decisões e mobilizações essenciais para garantir a moradia, tornam esses espaços resistentes à lógica da cidade dominada pelo capital. Elas também estabelecem um modelo de organização coletiva e poder popular, desde a abertura das ruas, hortas comunitárias, organização da coleta de lixo, dentre outras questões cotidianas.

As cozinhas coletivas são um exemplo marcante disso. Nas ocupações do MTST, há um esforço para garantir pelo menos uma cozinha para cada grupo de 50 a 100 famílias. Essas cozinhas operam com base em doações dos moradores e trabalho voluntário, em sistema de revezamento, até que as moradias se consolidem, e possam ter cozinhas individuais. Aqueles que não podem participar das tarefas coletivas por motivos como trabalho contribuem com doações. Essa iniciativa promove um forte vínculo de trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, garante que ninguém passe fome na ocupação, construindo soluções coletivas para os problemas que afetam a todos.



FIG. 03: Cozinha Coletiva da ocupação João Cândido.



FIG. 04: Cozinha Coletiva da ocupação Companheiro Lourenzon

No estado de Pernambuco, o surgimento do MTST ocorreu em 2015, promovendo a mobilização da classe trabalhadora em suas comunidades, especialmente aquelas sob ameaça de despejo e remoção compulsória. Seguindo os princípios de atuação e organização estabelecidos nacionalmente, o Movimento está envolvido, até o presente momento, em 08 territórios localizados em sua maioria na Zona Metropolitana de Recife (NEVES, 2023). Além das ocupações, o MTST atua ativamente no combate a fome e insegurança alimentar, destacando iniciativas como **a Cozinha Solidária** regulamentada pelo Decreto nº 11.937, de 5 de março de 2024, executado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O Programa de acordo com art. 14 da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, é uma iniciativa social administrada pelas próprias comunidades, funcionando como espaços de identificação territorial e organização popular. Dados do SISAN (2023) mapearam cerca de 2,77 mil cozinhas, sendo **47 delas encabeçadas pelo MTST**. Em meio à pandemia de Covid-19 e a um cenário político desfavorável, esses programas eram sustentados por meio de financiamento coletivo, doações de alimentos, cestas básicas e outros itens essenciais, além de colaborações de entidades parceiras e até apoio internacional. Agora, esses programas estão sendo integrados às ações do governo federal para combater a pobreza e a fome, facilitando a integração com outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em síntese, o MTST desempenha múltiplas abordagens na provisão de alimentos, englobando tanto a implementação de cozinhas solidárias quanto de cozinhas coletivas nas ocupações, ambas conectadas a iniciativas de hortas comunitárias. Enquanto as cozinhas solidárias assumem um caráter permanente e se consolidam como políticas públicas sociais, as **cozinhas coletivas das ocupações têm um caráter emergencial e temporário**, embora mantenham sua relevância fundamental para a continuidade da busca por dignidade. Sendo as ocupações o coração da luta, é ainda mais crucial buscar soluções para melhoria das condições de funcionamento desses equipamentos, estudando alternativas para escassez de recursos, afim de construir espaços mais fortalecidos e resistentes para esse processo de luta.

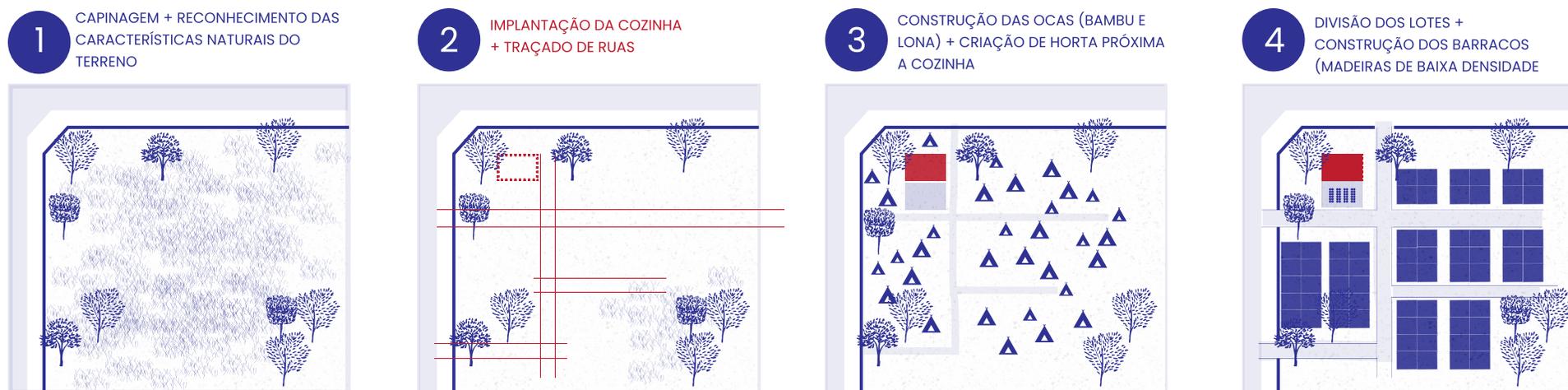
ARQUITETURA EM MOVIMENTO

COZINHA: O PONTO ZERO DA OCUPAÇÃO

No contexto da luta por moradia, a cozinha desempenha de fato um papel crucial por ser o primeiro equipamento coletivo a ser estabelecido em uma ocupação. Mesmo com recursos limitados, esse equipamento é construído nas primeiras horas, visando atender a uma necessidade imediata de alimentação das pessoas que vão trabalhar na ocupação. Além de fornecer alimentos básicos, a cozinha também se torna um centro de interação e cooperação entre os ocupantes. É comum ocorrerem discussões, reuniões e atividades de conscientização sobre questões sociais, políticas e de direitos humanos. Pode-se dizer então que a cozinha é o epicentro de uma ocupação na sua primeira etapa de consolidação. Se as moradias são individuais, a cozinha pertence a todos, reforçando a importância da construção da coletividade.

Além de suas funções práticas, a cozinha desempenha um papel crucial no planejamento espacial das ocupações. Ela serve como ponto zero a partir do qual são definidos acessos, arruamentos, hortas e outras estruturas. Também ajuda os ocupantes na localização no terreno recém ocupado. Portanto, a cozinha não é apenas um local para preparar alimentos, mas também desempenha um papel fundamental na construção da comunidade, na articulação de necessidades básicas e na organização do espaço físico da ocupação. É um símbolo de resistência e solidariedade na luta por moradia digna.

FIG 05: DIAGRAMA ETAPAS DE CONSOLIDAÇÃO DE UMA OCUPAÇÃO



ARQUITETURA EFÊMERA E EMERGENCIAL

A história da arquitetura militar desempenhou um papel crucial no avanço de abrigos portáteis e habitações emergenciais. Ao longo dos séculos XIX e XX, a necessidade de fornecer moradias temporárias para soldados em operações de campo impulsionou a inovação no design e na construção de **estruturas portáteis e desmontáveis**. Um exemplar dessa arquitetura é o “Barracão de Nissen” concebido em 1916 pelo capitão engenheiro canadiano Peter Norman Nissen para as forças britânicas e aliadas durante a Primeira Guerra Mundial, é uma estrutura semicilíndrica pré-fabricada feita de chapas de aço corrugado montadas sobre uma estrutura de madeira ou aço. O abrigo Nissen foi amplamente utilizado devido à sua resistência, facilidade de manuseio e transporte, além de ser eficaz contra ventos e sismos.

Conflitos como as duas guerras mundiais destacaram ainda mais a importância de abrigos temporários para proteger pessoal militar e de apoio, enquanto a escassez de materiais convencionais durante os períodos de guerra incentivou a busca por soluções alternativas e mais eficientes na provisão de habitações temporárias. Foi então criada uma normatização para a coordenação modular na Europa (AEP-Agencia Européia para a Produtividade), com a ideia de **diminuir o tempo de execução e de custo das construções**, grande partes dos países ao redor do mundo seguiram essa mesma norma. JÚNIOR (2018, p.20 apud Pedro e Goés, 2012)

FIG 06: Barracão de Nissen



FIG 07: Barracão de Nissen, perspectiva axonométrica

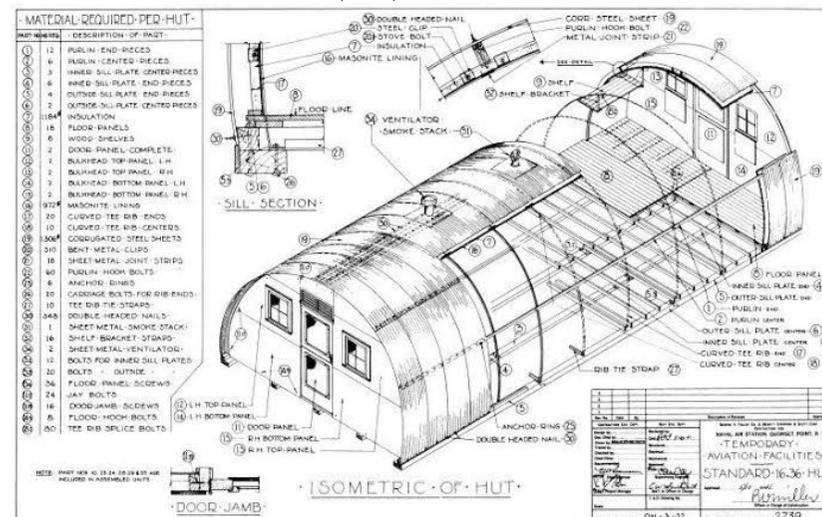
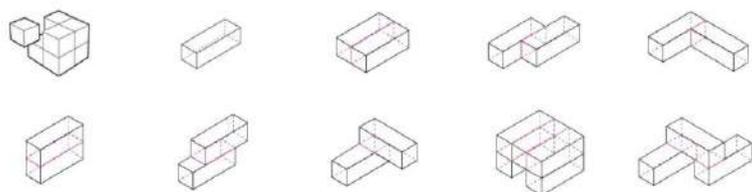


FIG 08: DIAGRAMA MODULAÇÃO E SEUS ARRANJOS



A abordagem modular oferece várias vantagens, incluindo economia de tempo e custo, maior precisão na construção, redução de resíduos e maior flexibilidade no design. Além disso os módulos podem ser reutilizados, reconfigurados ou reciclados, reduzindo assim o impacto ambiental. Para Rubatino (2019), arquitetura modular são elementos que tem a possibilidade de serem separados e ao mesmo tempo fazer parte de um todo e que essas possíveis modificações não prejudiquem o funcionamento de um todo.

Esses avanços, impulsionados pela arquitetura militar, não só beneficiaram as forças armadas, mas também contribuíram significativamente para a resposta a desastres naturais e para a melhoria das condições de vida em situações de emergência. Um abrigo de caráter emergencial possui certas particularidades que são consideradas características básicas para a sua concepção como: **rápido fornecimento de materiais, baixo custo e flexibilidade de adaptação ao terreno a ser inserido, bem como a facilidade para sua montagem** e desmontagem, de forma a **permitir a participação da comunidade no desenvolvimento deste processo** BACAN (2019, p.29 apud KLEIN, 2018).

A arquitetura de emergência pode ser ainda definida como uma resposta construtiva que faça frente às necessidades humanas mais urgentes, as quais emergem em momentos de crise e situações excepcionais, materializadas em forma de infra-estruturas responsáveis que buscam oferecer soluções imediatas. Sejam voltadas à comunidades carentes, campos de refugiados, ou zonas afetadas por desastres naturais, a resposta arquitetônica, assim como a abordagem e os critérios escolhidos ao conceber um projeto desta ordem, dependerá de fatores como a escala do desastre, a quantidade de pessoas afetadas, a urgência da resolução do problema, a disponibilidade de materiais, a localização geográfica, os recursos econômicos disponíveis, o apoio técnico oferecido pelas entidades governamentais e a participação de agências de ajuda humanitária

CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA COZINHA DA OCUPAÇÃO COMPANHEIRO LOURENZON

O estudo de caso a seguir visa relatar a construção da cozinha emergencial de uma das ocupações mais recentes do Movimento dos Trabalhadores Sem teto de Pernambuco, a cozinha da ocupação Companheiro Lourenzon (FIG. 09 e 10). O objetivo é sistematizar os desafios de implantação e as diversas lições aprendidas ao longo de um processo de 12 horas de trabalho intenso, cuja construção participei ativamente

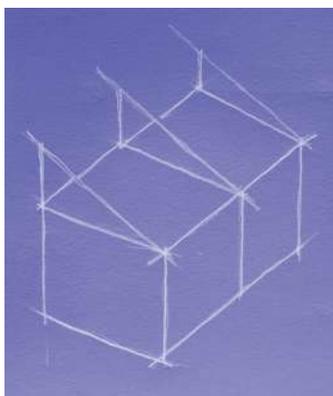


FIG 09: SISTEMA DE PÓRTICOS E COBERTA DE INCLINAÇÃO ÚNICA

FIG 10 :
MODULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ABERTURAS

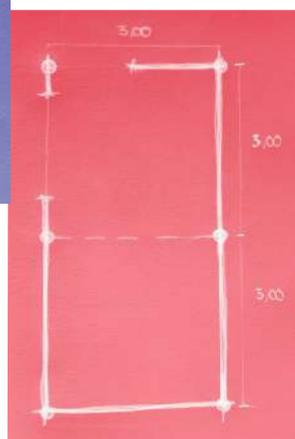


FIG 11 : LONA



FIG 12 : BAMBU

Ao observar o protótipo anterior é possível identificar vários aspectos positivos, dentre eles a escolha pelo sistema de pórticos, garantindo maior controle do processo construtivo e mantém a estrutura independente da vedação. A escolha pelos pórticos modulares favorece principalmente a flexibilidade do protótipo e maximiza a desenvoltura das madeiras de baixa densidade (LUMACK, 2020, p.92). O que não aconteceu foi a a “pré fabricação” desses pórticos no chão para depois conectá-los a base da estrutura, tornando o processo, improvisado, cansativo, e muitas vezes arriscado. Os pontos negativos perpassam também pela pouca inovação diante das escassez de recursos, sendo feita com **lona preta e bambu** retirado de áreas próximas, sem tratamento químico que proteja contra os microorganismos deteriorantes do bambu. A cobertura de inclinação unica é uma forma simples e eficiente de ventilação cruzada, porem com a vedação em lona, a cozinha esquenta bastante. Além disso o protótipo não buscou adequações bioclimáticas necessárias, o que resultou em uma estrutura precária que teve vida útil encerrada após chuvas mais fortes na região.

COZINHA - CONSTRUÇÃO EM 12 HORAS

NOITE



DIA



FIG 13: MOSAICO DE FOTOS DAS FASES DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DA COZINHA

COZINHA - ANÁLISE PÓS CONSTRUÇÃO



FIG 14: ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO COM AS CRIANÇAS NA FRENTE DA COZINHA

FORMA NÃO ABRE POSSIBILIDADES PARA ABRIGAR OUTROS USOS

FECHAMENTO EM LONA PRETA CAUSANDO DESCONFORTO TÉRMICO



FIG 15: PERSPECTIVA INTERNA

CONSTRUÇÃO NO MESMO NÍVEL DO TERRENO

ESTRUTURA EM BAMBÚ DEMONSTRANDO FRAGILIDADE



FIG 16: PERSPECTIVA INTERNA

ARMAZENAMENTO EM BALDES PARA SUPRIR A FALTA DE PIAS

UTENSÍLIOS EM LOCAIS INAPROPRIADOS

DURAÇÃO: 4 MESES



FIG 17: PROCESSO CONSTRUTIVO EM CONJUNTO COM SETOR DE ARQUITETURA E PLANEJAMENTO DO MTST



FIG 18: OCAS SIMBÓLICAS



FIG. 19: PERSPECTIVA DA OCUPAÇÃO A PARTIR DA COZINHA

REFERÊNCIAS

Para que haja uma maior entendimento e posterior consolidação da proposta, este tópico elenca as características de dois projetos situados no Equador, que se aproximam e contribuem para a proposta através de soluções inventivas, com poucos recursos. Além disso ambos projetos possuem aplicabilidade para construções comunitárias participativas. Essas referências, assim como a própria arquitetura produzida pelos ocupações serem analisados, adaptados e incorporados ao desenvolvimento da proposta final do trabalho.

PROJETO CHACRAS: ARQUITETURA EMERGENTE COMO CATALISADOR SOCIAL



FIG 20: PERSPECTIVA GERAL

escritório/parceria: Natura Futura Arquitectura + Colectivo Cronopios

ano: 2016

área: 30m²

duração da construção: 10 dias

O projeto de habitação social em questão foi tomado como referência pela sua simplicidade e qualidade arquitetônica. Estruturado em três volumes modulares – dois destinados aos quartos e um à cozinha e sala –, o projeto oferece a flexibilidade de crescimento gradual, graças à modulação proporcionada pelo uso de pallets que também resulta em economia de custos significativa.

O projeto localizado nos trópicos, região quente e úmida, incorpora métodos de adequação bioclimática e proteção contra intempéries, expressivas assim como o Brasil. **A casa adota estratégias como elevação do terreno protegendo as estruturas da umidade**, ao mesmo tempo em que promove a circulação de ar sob o piso. O pé direito considerável e amplitude dos espaços aliado aos painéis em pallet vazados garantem uma **ventilação cruzada constante**. Além disso, **a generosidade da cobertura** oferece proteção à madeira pinus dos pallets que não deve ser expostos à chuva e garante uma grande sombra propícia para o clima da região. **Os painéis de vedação feitos em pallets** são criados a partir da alternância de posições, explorando a plasticidade desse elemento. Ao optar por sistemas de “woodframe”, **a construção participativa** da casa foi facilitada pela possibilidade de utilizar ferramentas simples e conhecimentos básicos de carpintaria, bem como garante a **leveza das peças que facilita o manuseio**.



Outro aspecto crucial integrado ao projeto é a criação de uma **plataforma de entrada concebida como um espaço para interação social**, visando promover a coesão comunitária e fortalecer os laços entre os moradores. Esses vínculos foram estabelecidos durante a construção coletiva da casa, realizada pelos moradores em conjunto com a equipe de arquitetos, em um processo participativo de construção in loco que durou 10 dias. Embora a habitação não tenha caráter provisório, é possível incorporar as decisões projetuais positivas, juntamente com estratégias que agilizem o processo construtivo, como a **substituição da alvenaria da fundação por materiais reciclados**. Essa abordagem não apenas reforça o sentido de comunidade entre os habitantes, mas também promove a sustentabilidade e eficiência na construção, garantindo uma solução habitacional duradoura e adaptável às necessidades da comunidade.

Centro Comunitário Renascer de Chamanga



DIAGRAMA DE CONCEPÇÃO DO MÓDULO.

escritório/parceria: Actuemos Ecuador

ano: 2016

área: 180 m²

duração do processo

de construção:

O projeto visa não apenas fornecer um **espaço para atividades coletivas**, mas também promover a organização comunitária e impulsionar a economia local. Utilizando materiais como bambu, toras e pneus reciclados, a estrutura foi projetada para ser **facilmente construída com a participação da própria comunidade**. O projeto toma partido do bambu, doados por fazendeiros locais, para dar suporte a uma grande plano de cobertura de inclinação única. Optou-se por utilização de juntas simples e uniões com porcas e roscas, eliminando a necessidade de mão-de-obra especializada em cortes ou uniões complexas de bambu. **Na fundação, é adotado um sistema à base de pneus reciclados e concreto**, anteriormente utilizado pela equipe de Actuemos Ecuador, o qual não apenas facilita a implementação, mas também reduz custos e dá um novo propósito aos pneus que seriam descartados.



FIG 24: PERSPECTIVA INTERNA



FIG 25: MUTIRÕES DE CONSTRUÇÃO

O projeto desenvolvido para a área comunitária, anteriormente doada ao bairro, e foi concebido como uma **resposta às necessidades emergenciais** de uma população afetada por terremoto. Através de oficinas comunitárias, as prioridades foram identificadas e serviram como base para o design, permitindo também uma **compreensão mais profunda dos recursos locais e da mão-de-obra disponível**.

PROPOSTA

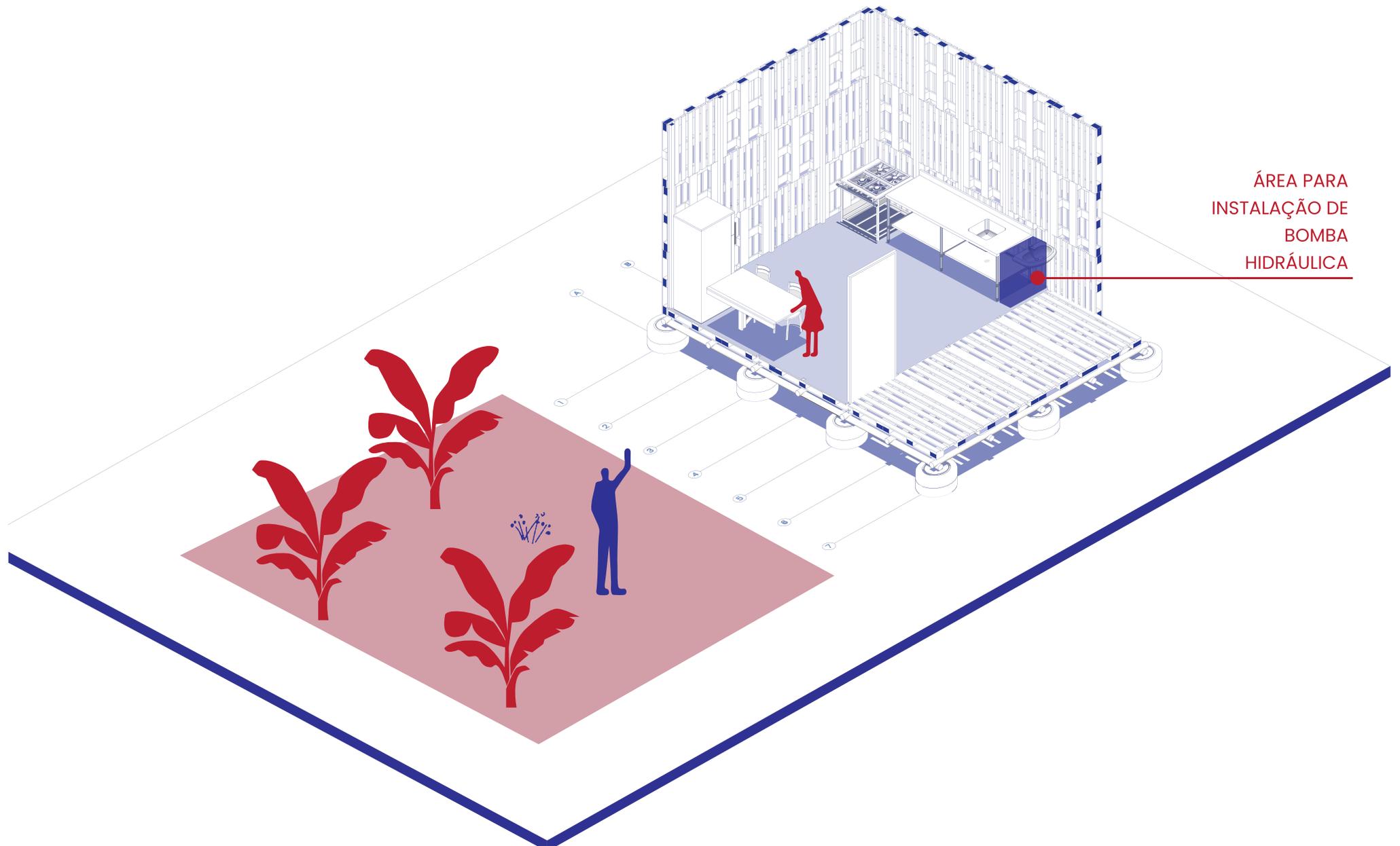
COZINHA DE GUERRILHA



FIG 26: COLAGEM PERSPECTIVA FRONTAL DO PROTÓTIPO

PERSPECTIVA AXONOMÉTRICA

COZINHA E HORTA



SISTEMA CONSTRUTIVO

BAMBU

A estrutura mista de madeira e bambu, além de favorecer interfaces flexíveis, visam adaptar o protótipo a escassez de recursos humanos e materiais, incorporando estratégias de adequação aos materiais locais. O Bambu foi utilizado estrategicamente para as tramas de sustentação do piso e da cobertura que exigem hastes de maior comprimento. Sua resistência a compressão também faz com que o bambu se destaque enquanto escolha construtiva estrutural para o protótipo. Para utilização do bambu serão exploradas três tipos de junções adequando a complexidade da estrutura. **Propõe-se a utilização de junções simples com cordas de sisal para amarração do piso (FIG.29) aliado aos cortes que permitem o encaixe através da acomodação das hastes umas nas outras associando a união das peças com barras roscadas, porcas e roscas (FIG 30).** Vale ressaltar que a junção utilizada no protótipo da cozinha da ocupação Companheiro Lourenzon (FIG.13) foi o arame, entretanto a rigidez e falta de acomodação do material fez com que a estrutura ficasse instável.

Apesar de ser amplamente utilizado nas ocupações e funcionar como um elemento que atende a necessidade de construções provisórias, para viabilizar uma utilização adequada é preciso adotar estratégias de mitigação do processo de apodrecimento da matéria prima. Tinta asfáltica, técnicas de selagem utilizando calor ou imersão em solução de tratamento, são algumas das possibilidades de conferir mais durabilidade ao material.



FIG 30: ESTRUTURA DE SUPORTE DO PISO CONECTADAS POR AMARRAÇÕES EM CORDA.



FIG 31: AMARRAÇÃO SIMPLES

PAINEL DE PALLET

MÓDULOS

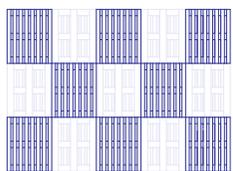


"FRENTE"

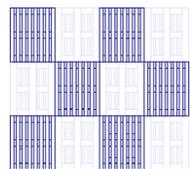


"VERSO"

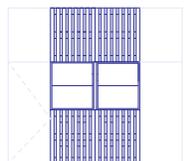
COMBINAÇÕES



TIPO 1



TIPO 2



TIPO 3 - PORTA E JANELA DE MADEIRA COMPENSADA REAPROVEITADA

PERSPECTIVA EXPLODIDA

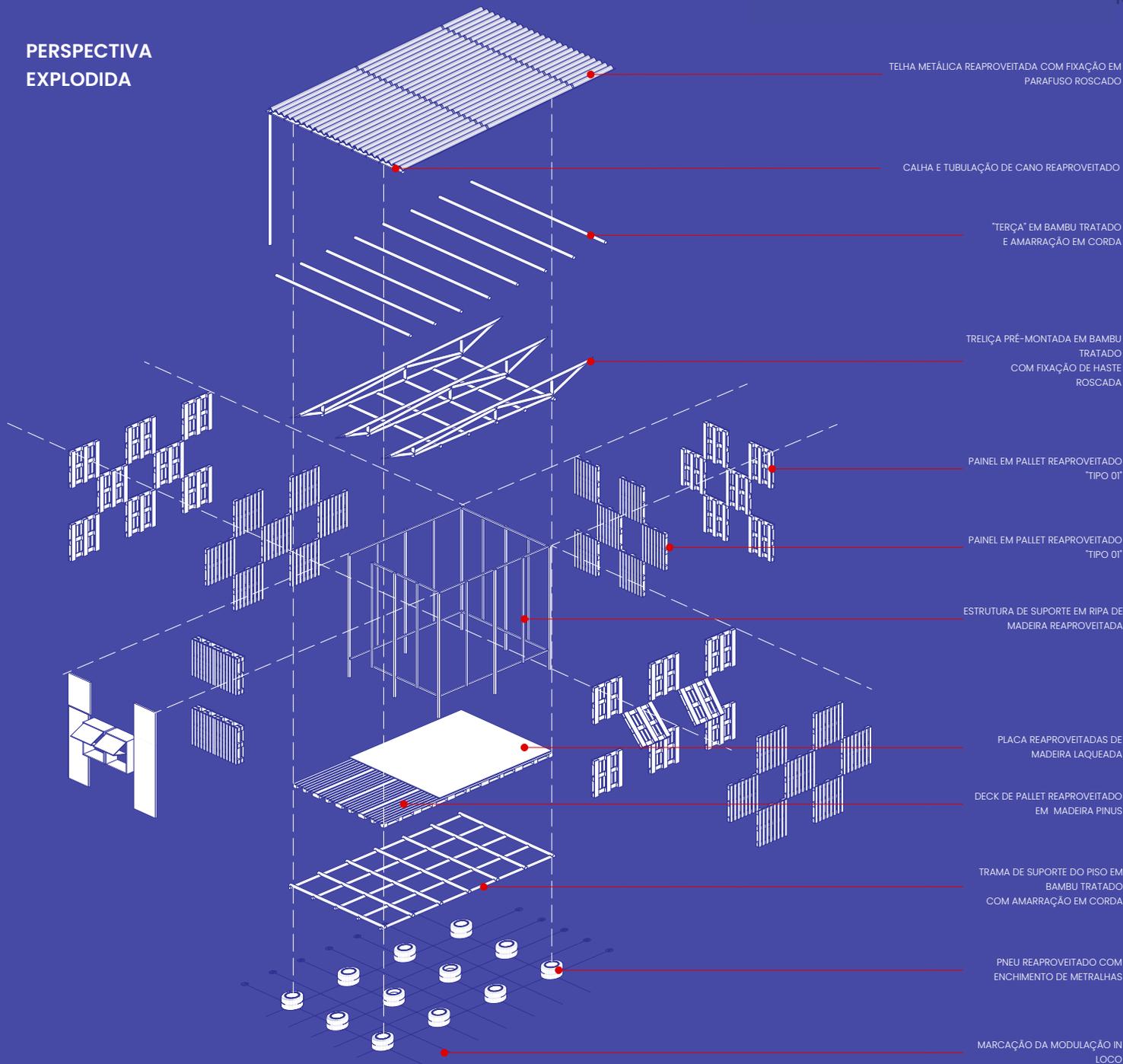
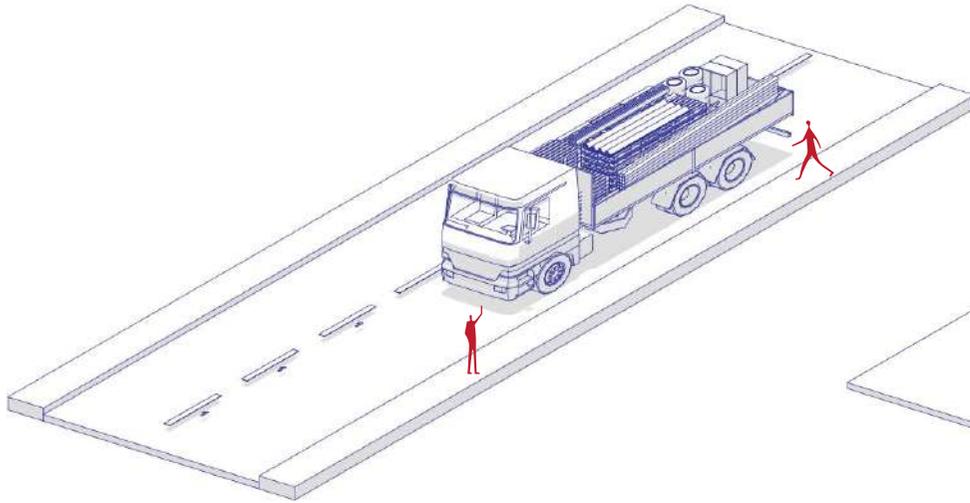


FIG 32: COMPOSIÇÃO DOS PAINÉIS DE PALLET E PERSPECTIVA EXPLODIDA ESTRUTURAL

FIG 33: PERSPECTIVA EXPLODIDA

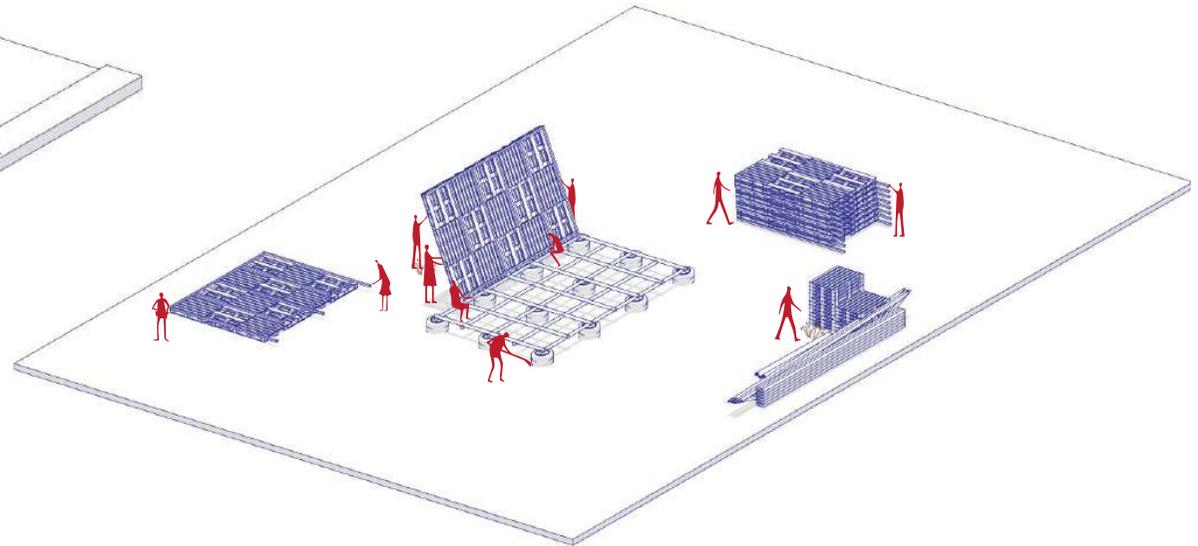
1

- PRÉ FABRICAÇÃO
- TRANSPORTE



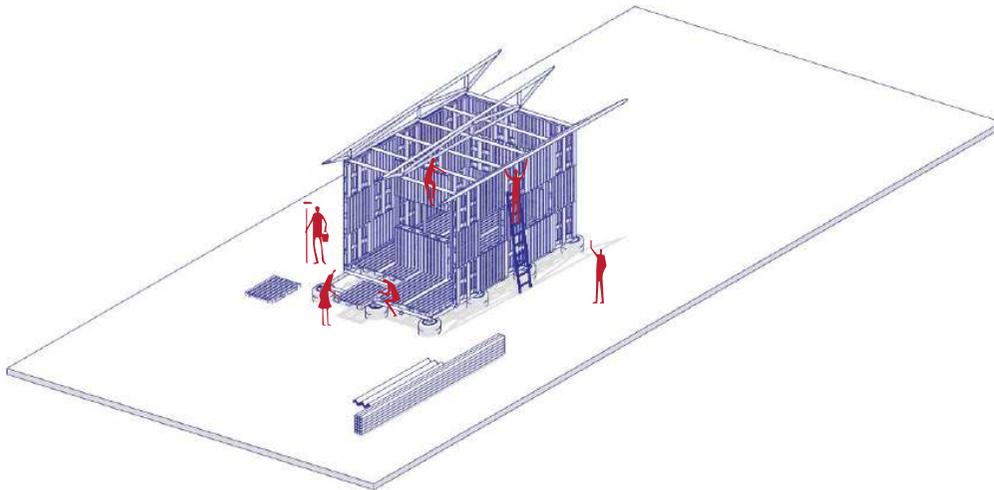
2

- FUNDAÇÃO
- WOOD FRAME + PAINÉIS DE PALLET



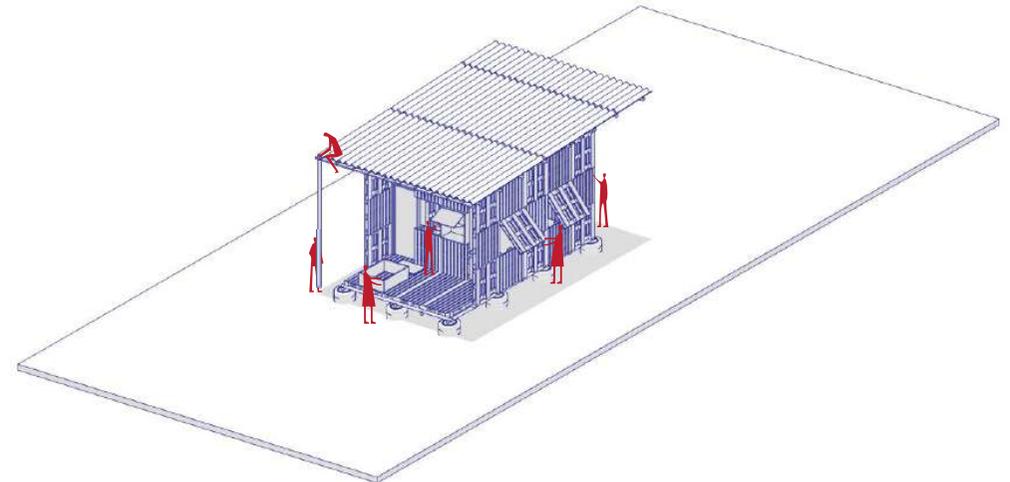
3

- TRELIÇAS EM BAMBU
- COBERTURA TELHAS DE ZINCO



4

- ESQUADRIAS E CALHAS



LAYOUT COZINHA + REFEITÓRIO

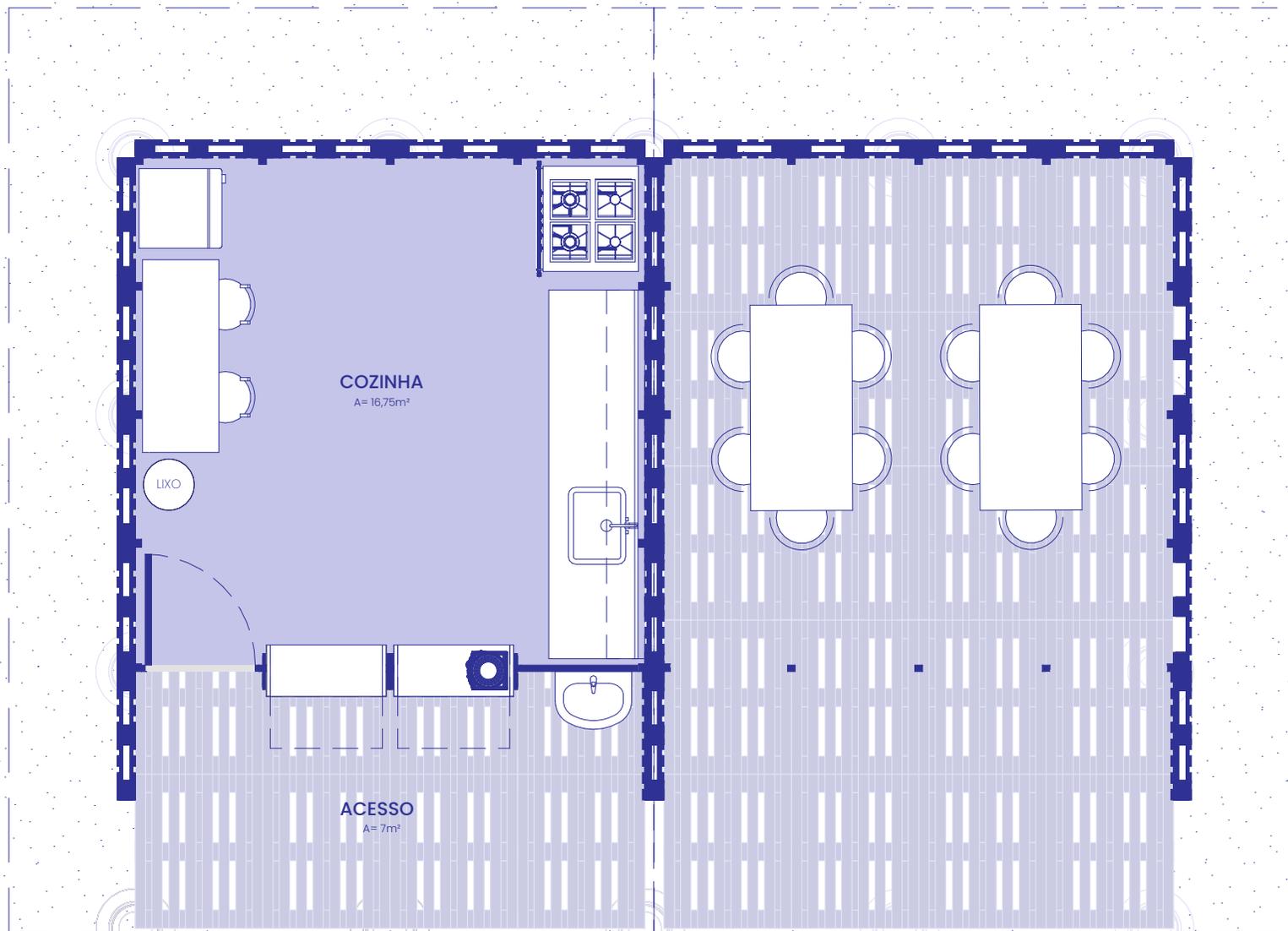


FIG 34: PLANTA BAIXA DE POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO DO MÓDULO



LAYOUT COZINHA + CRECHE

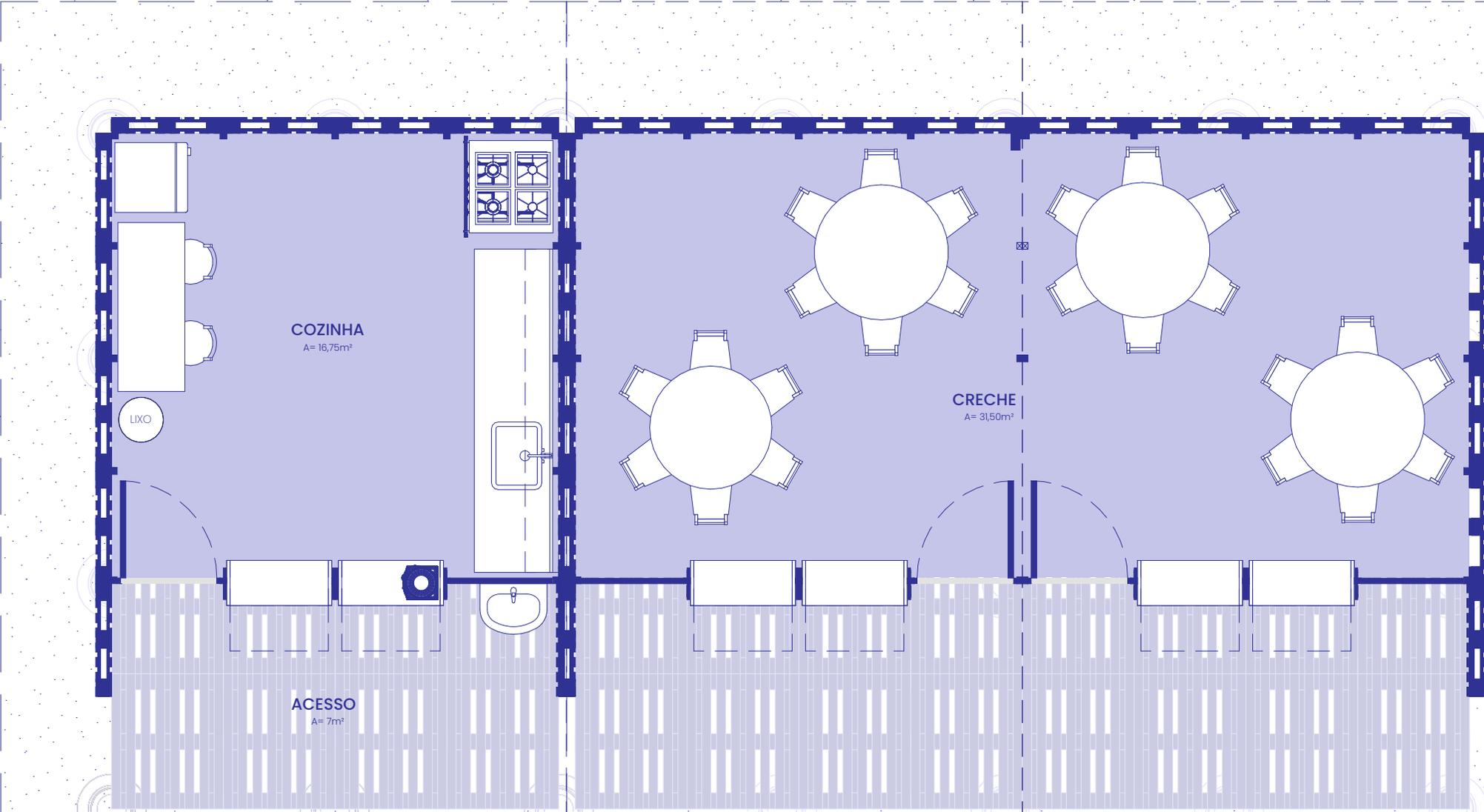


FIG 35: PLANTA BAIXA DE POSSIBILIDADES DE EXPANSÃO DO MÓDULO

PLANTA BAIXA LAYOUT

ESCALA: 1/50

PERSPECTIVA INTERNA

COZINHA DE GUERRILHA



FIG 36: PERSPECTIVA INTERNA

PERSPECTIVA INTERNA

COZINHA DE GUERRILHA



FIG 37: PERSPECTIVA INTERNA

PERSPECTIVA EXTERNA

COZINHA DE GUERRILHA



FIG 38: PERSPECTIVA EXTERNA DO PROTÓTIPO

REPLICABILIDADE DO MÓDULO

ALTERNATIVA DE CENTRO CULTURAL OU CRECHE



FIG 39: PERSPECTIVA DO CONJUNTO

REPLICABILIDADE DO MÓDULO

ALTERNATIVA DE CENTRO CULTURAL OU CRECHE



FIG 40: PERSPECTIVA FRONTAL DE PROTOTIPO DE COZINHA + CRECHE

REPLICABILIDADE DO MÓDULO

ALTERNATIVA DE CENTRO CULTURAL OU CRECHE

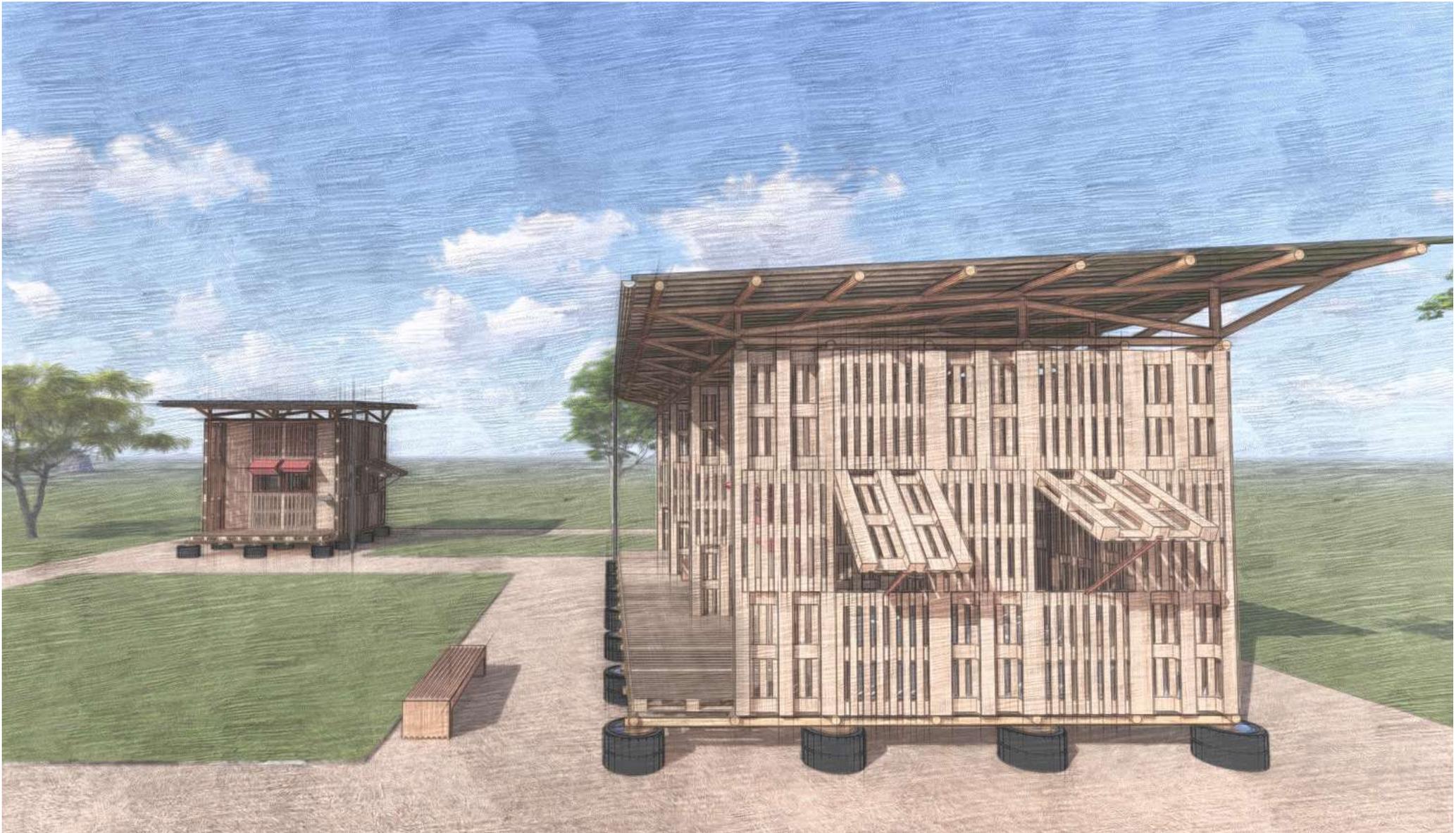
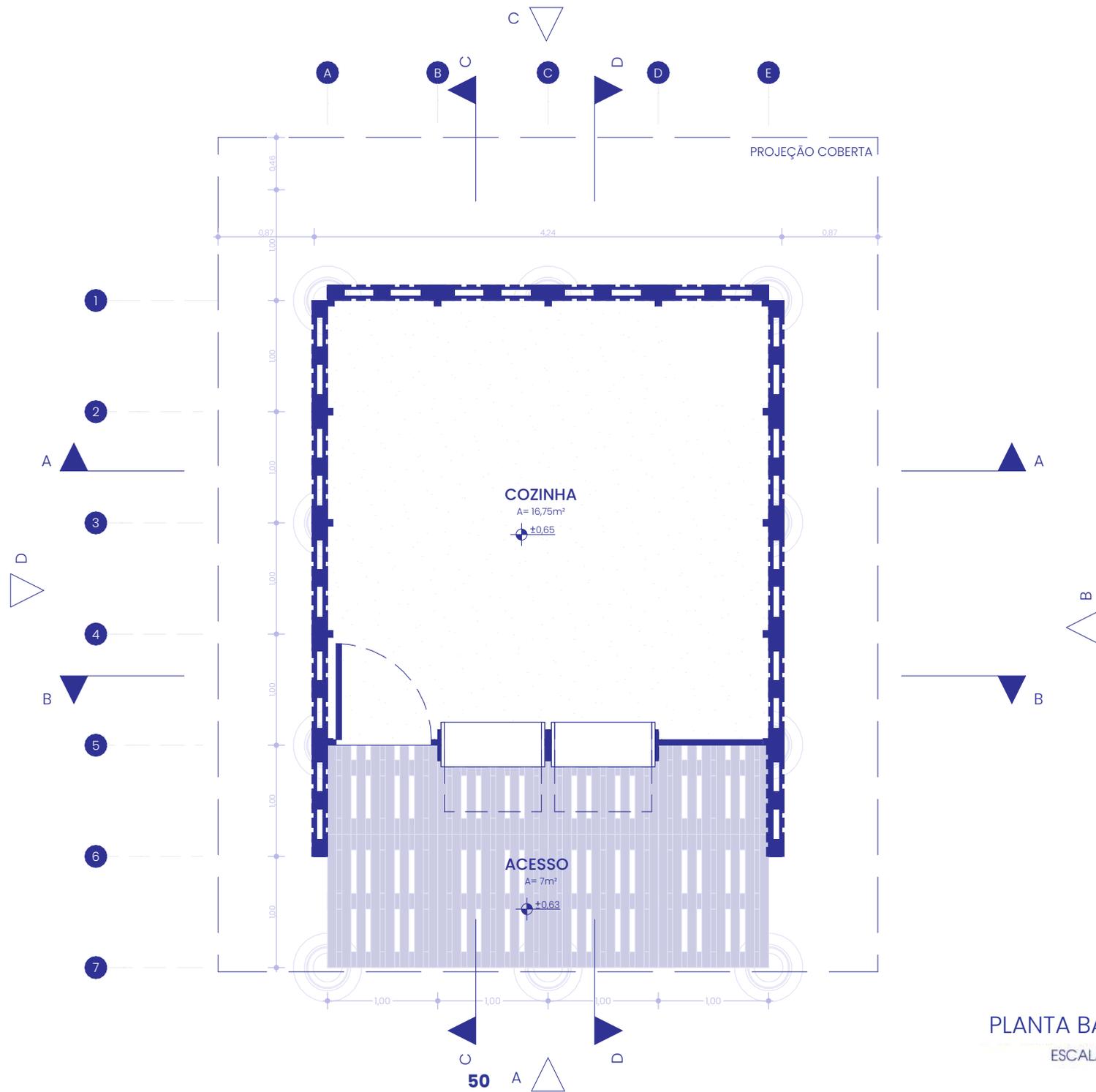
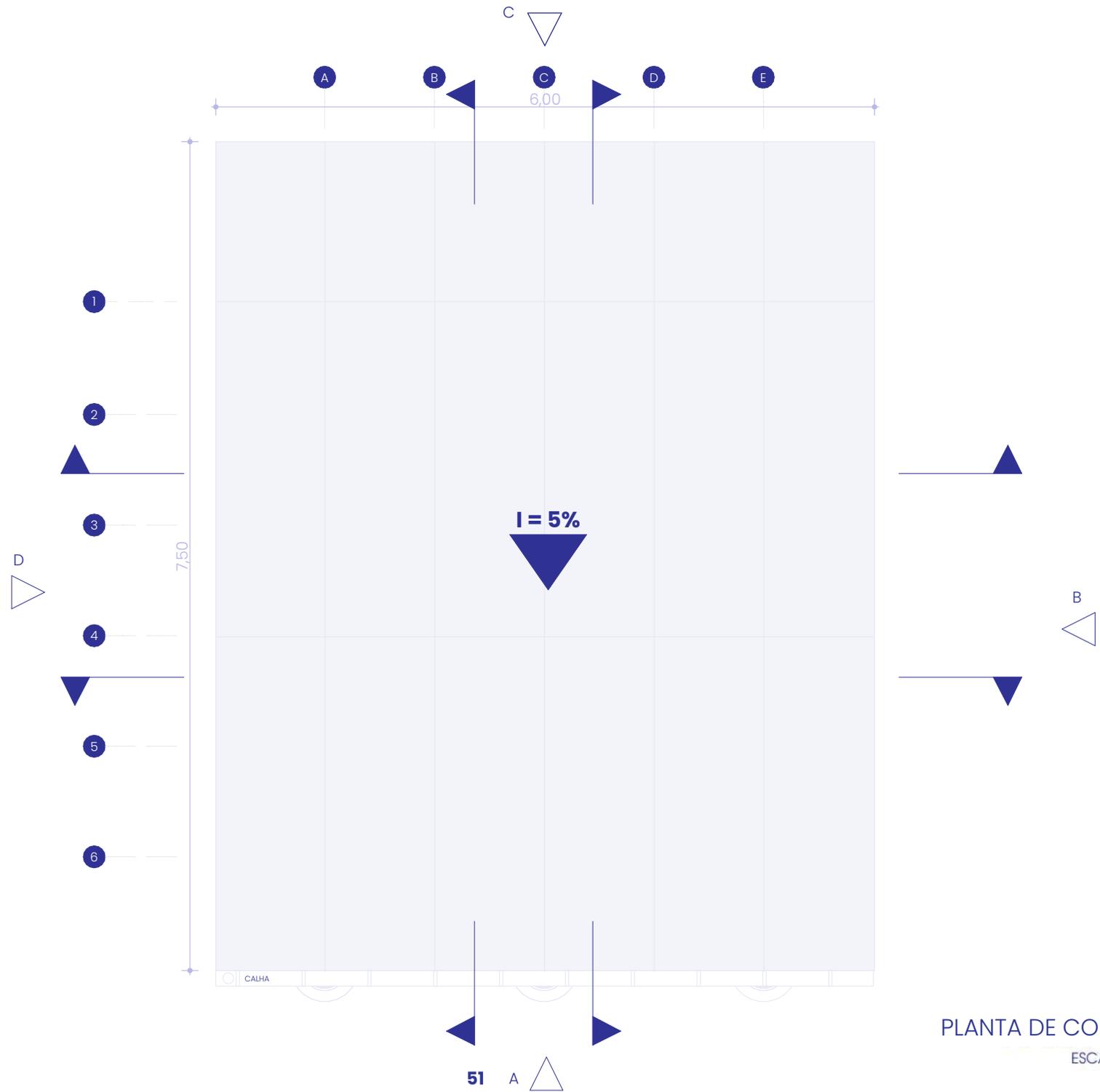


FIG 41: PERSPECTIVA DO CONJUNTO FIG 41: PERSPECTIVA DO CONJUNTO

CADERNO DE DESENHOS

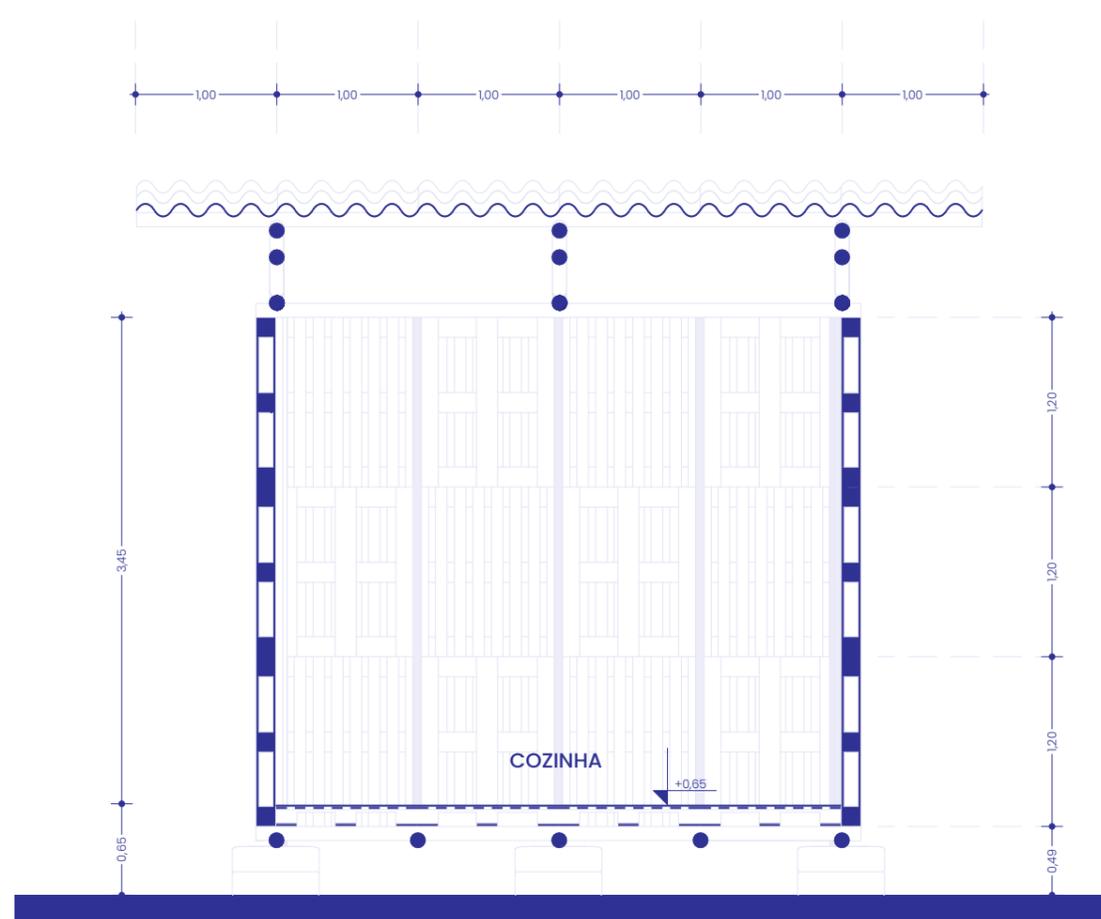
COZINHA DE GUERRILHA



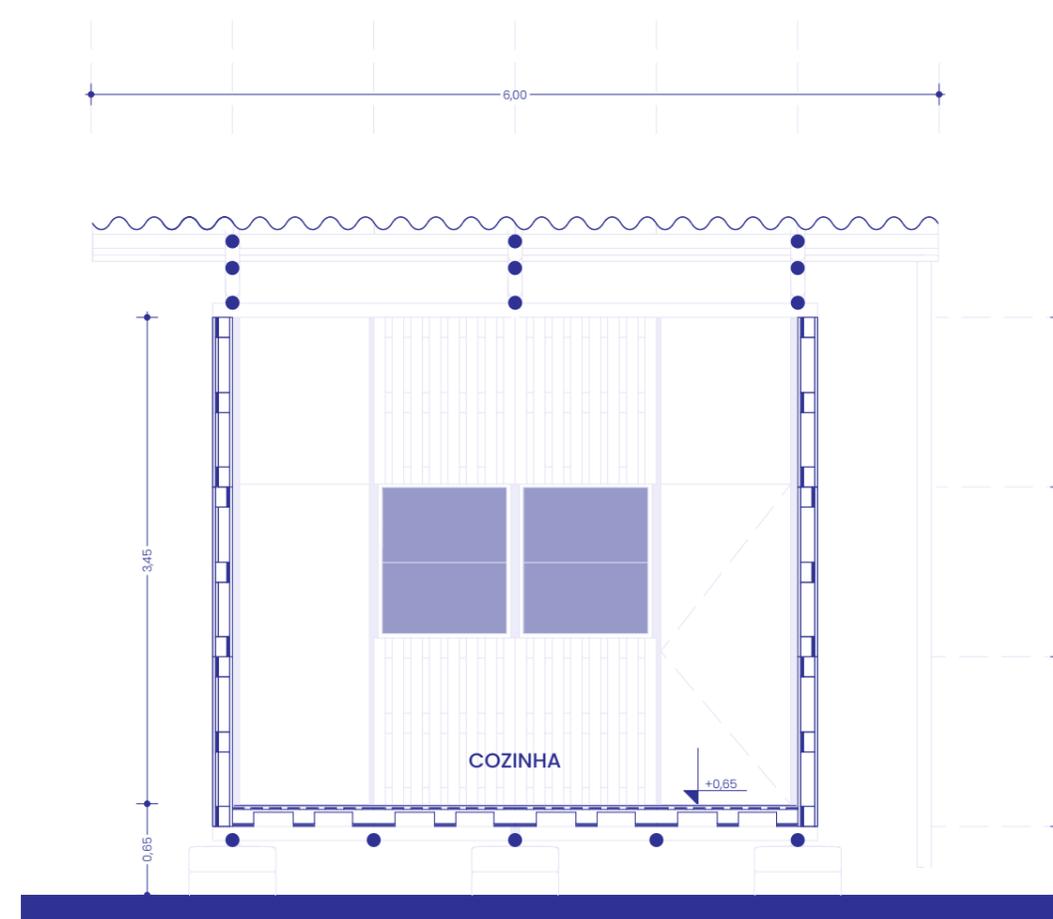


PLANTA DE COBERTA
ESCALA: 1/50

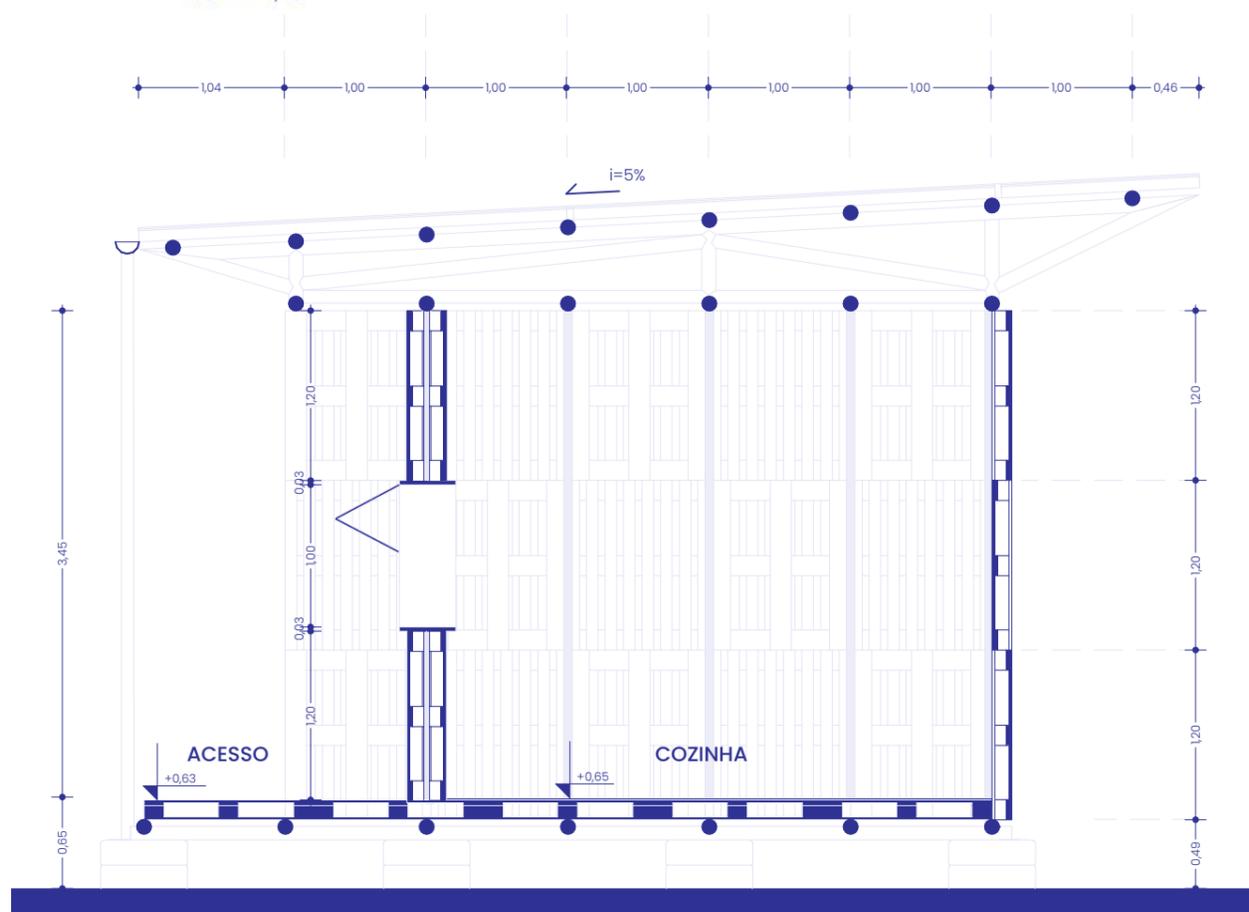




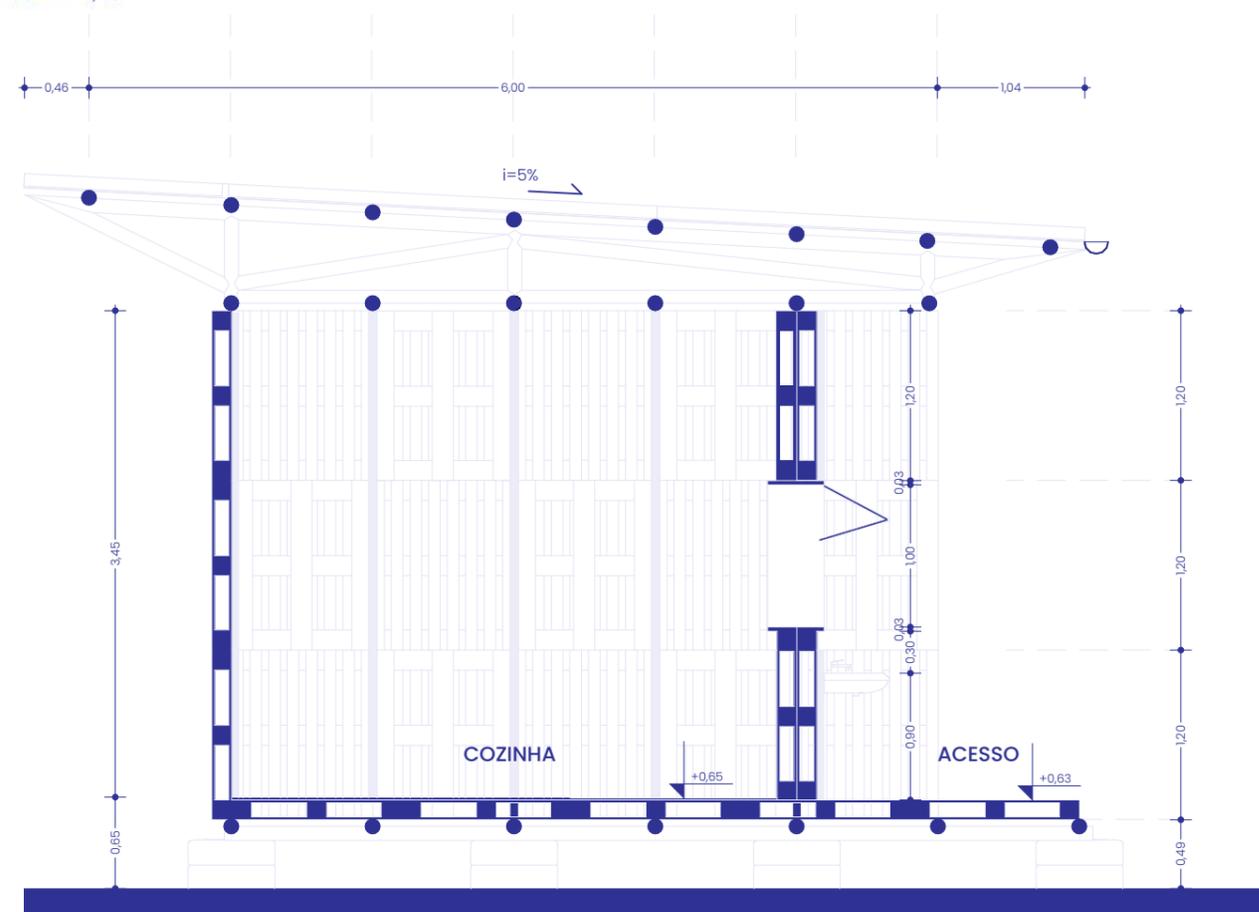
CORTE AA'
ESCALA: 1/50



CORTE BB'
ESCALA: 1/50



CORTE CC'
ESCALA: 1/50



CORTE DD'
ESCALA: 1/50

PAINEL DE PALLET

MÓDULOS

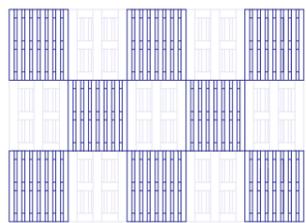


"FRENTE"

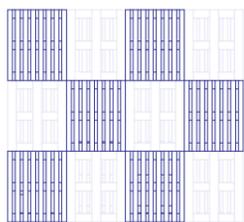
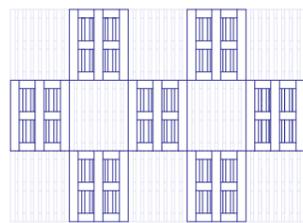


"VERSO"

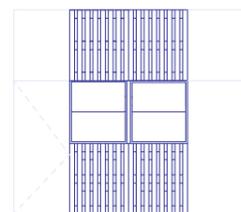
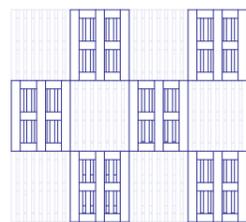
COMBINAÇÕES



TIPO 1

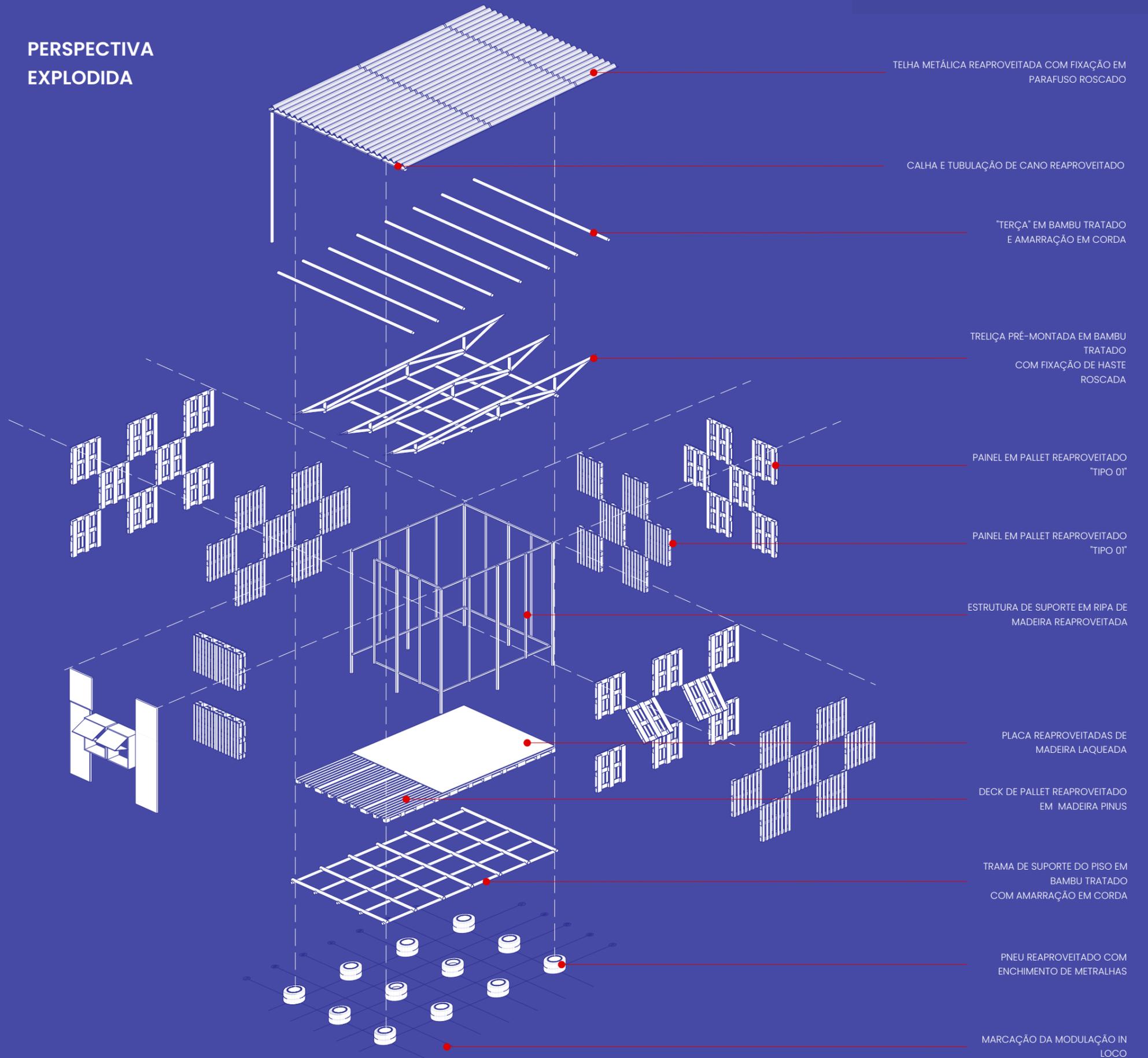


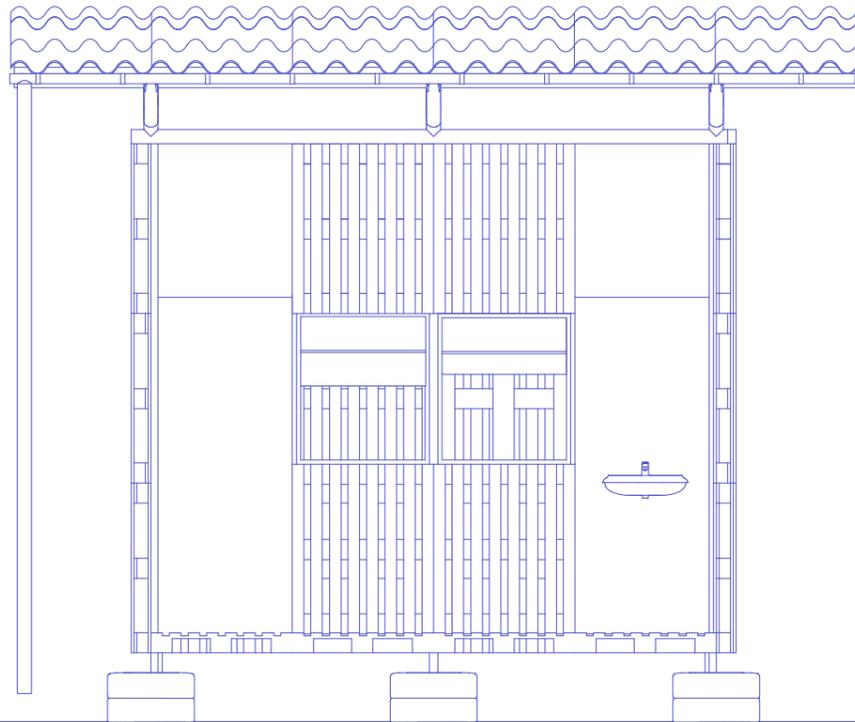
TIPO 2



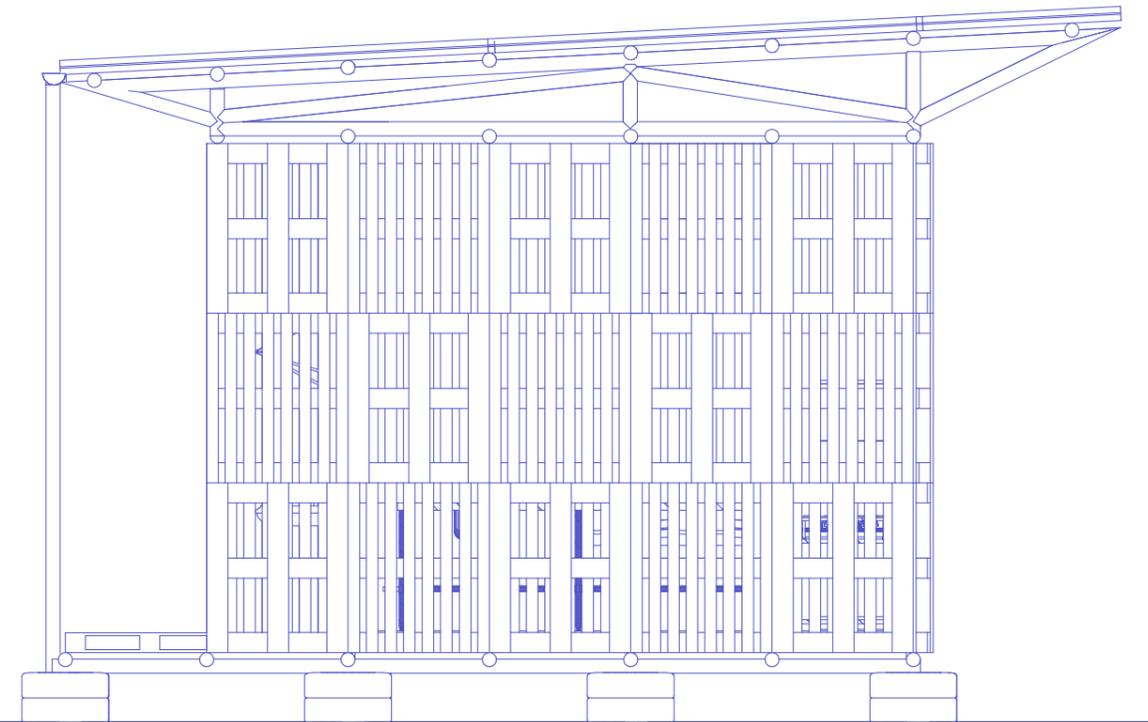
TIPO 3 - PORTA E JANELA DE MADEIRA COMPENSADA REAPROVEITADA

PERSPECTIVA EXPLODIDA

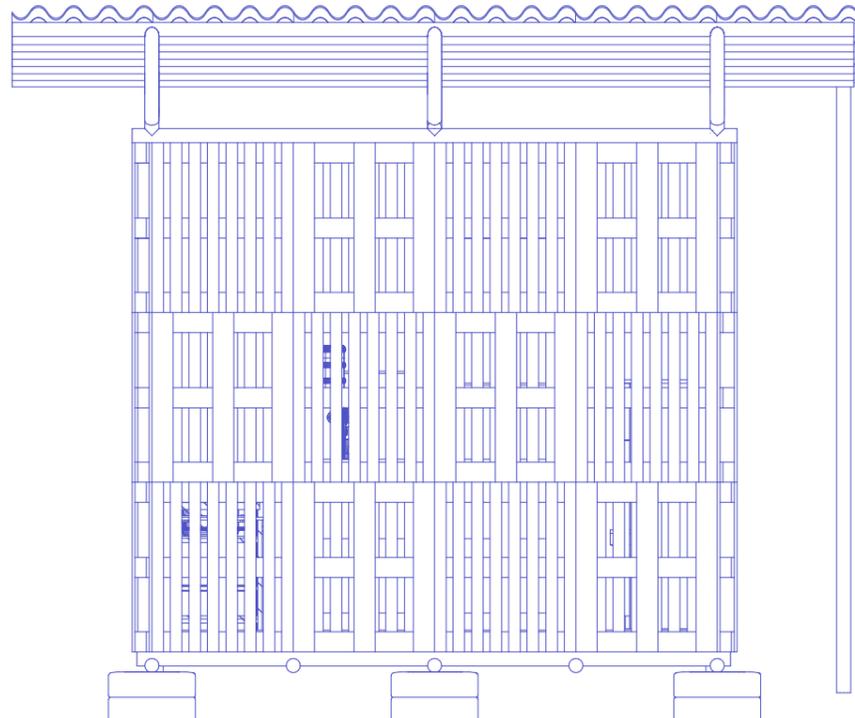




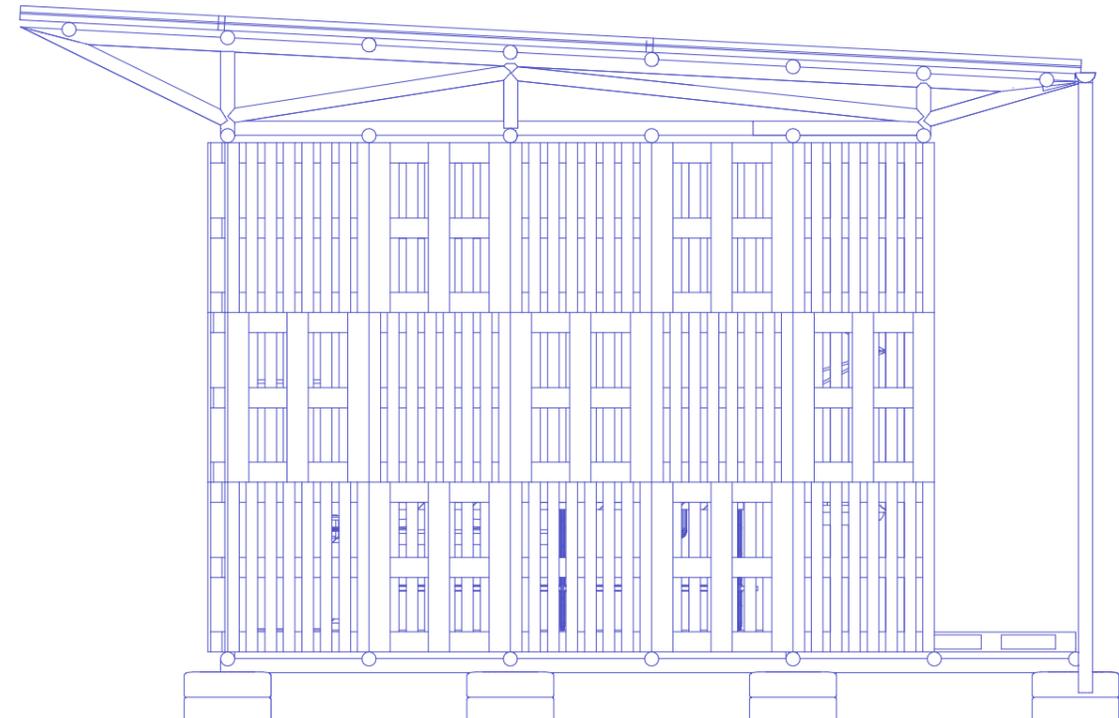
FACHADA A
ESCALA: 1/50



FACHADA B
ESCALA: 1/50



FACHADA C
ESCALA: 1/50



FACHADA D
ESCALA: 1/50

FIG 01: Recife, São Paulo, Belo Horizonte.

Disponível em:

<<https://lula.com.br/google-street-view-populacao-em-situacao-de-rua-cresce-60-desde-2016/>>.

Acesso em 04 Mar.de 2024;

FIG. 02: O Brasil no Mapa da Fome

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/31/mapa-da-fome-sinaliza-que-paises-estao-longo-da-meta-para-zerar-indicador-ate-2030-entenda.ghtml>>.

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG. 03: Cozinha Coletiva da ocupação João Cândido.

Disponível em:

Boulos. Guilherme. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scor-tecci, 2012 p.64

Acesso em 03 Mar.de 2024;

FIG 04: Cozinha Coletiva Ocupação companheiro Lourenzon.

Fonte: Paloma Luna;

FIG 05: Diagrama das etapas de consolidação de uma ocupação.

Fonte: Autoral;

FIG 06: Barracão de Nissen.

Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/usani4245/11464366204/in/photostream/>>.

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 07: Barracão de Nissen, vista axonométrica

Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/usani4245/11464366204/in/photostream/>>.

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 08: Diagrama modulação e seus arranjos

Fonte: Autoral;

FIG 09: Sistema de pórticos e coberta de inclinação única

Fonte: Autoral;

LISTA

DE

FIGURAS

FIG 10: Modulação e distribuição de aberturas

Fonte: Autoral;

FIG 12: Lona preta

Fonte:

Disponível em:

<<https://i.pinimg.com/originals/c6/5d/86/c65d86c2cc43db1dc799d51dc1448352.jpg> >

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 12: Bambu

Fonte:

Disponível em:

<https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-3355929925-lona-plastica-preta-para-construco-reforma-obra-4x10-metros-_JM?matt_tool=18956390&utm_source=google_shopping&utm_medium=organic >

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 13: Mosaico de fotos das fases de construção participativa da cozinha

Fonte: Autoral;

FIG 14: atividade de educação com as crianças na frente da cozinha

Fonte: Autoral;

FIG 15: Perspectiva interna

Fonte: Autoral;

FIG 16: Perspectiva interna

Fonte: Autoral;

FIG 17: Processo construtivo em conjunto com setor de arquitetura e planejamento do mtst

Fonte: Autoral;

FIG 18: Ocas simbólicas

Fonte: Autoral;

FIG 19: Perspectiva da ocupação a partir da cozinha

Fonte: Autoral;

FIG 20: Perspectiva geral

Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/792993/projeto-chacras-natura-futura-arquitectura-plus-colectivo-cronopios> >

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 20: Fixação das estruturas (ripas) de suporte nos pallets

fonte: Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/792993/projeto-chacras-natura-futura-arquitectura-plus-colectivo-cronopios>>

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG. 22: Elevação do painel de vedação

Fonte: Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/792993/projeto-chacras-natura-futura-arquitectura-plus-colectivo-cronopios>>

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 23: Perspectiva geral

Fonte: Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/884772/centro-comunitario-renascer-de-chamanga-actueemos-ecuador>>

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 24: Perspectiva Interna

Fonte: Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/884772/centro-comunitario-renascer-de-chamanga-actueemos-ecuador>>

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 25: Mutirões de construção.

Fonte: Disponível em:

<<https://www.archdaily.com.br/br/884772/centro-comunitario-renascer-de-chamanga-actueemos-ecuador>>

Acesso em 02 Mar.de 2024;

FIG 26: Colagem da perspectiva frontal do protótipo.

Fonte: Autoral;

FIG 27: Diagrama de concepção do módulo.

Fonte: Autoral;

FIG 28: Planta baixa esquemática.

Fonte: Autoral;

FIG 29: Planta baixa layout da cozinha

Fonte: Autoral;

FIG 30: Estrutura de suporte do piso conectada por amarração em corda.

Fonte: Autoral;

FIG 31: Amarração simples

Fonte: Autoral;

FIG 32: Composição dos painéis de pallet e perspectiva explodida estrutural

Fonte: Autoral;

FIG 33: Perspectiva explodida.

Fonte: Autoral;

FIG 34: Planta baixa de possibilidades de expansão do módulo.

Fonte: Autoral;

FIG 35: Planta baixa de possibilidades de expansão do módulo.

Fonte: Autoral;

FIG 36: Perspectiva interna.

Fonte: Autoral;

FIG 37: Perspectiva interna.

Fonte: Autoral;

FIG 38: Perspectiva externa do protótipo.

Fonte: Autoral;

FIG 39: Perspectiva do conjunto.

Fonte: Autoral;

FIG 41: Perspectiva frontal de protótipo de cozinha + creche.

Fonte: Autoral;

FIG 41: Perspectiva do conjunto.

Fonte: Autoral;

BIBLI OGR AFIA

Francisco. Armindo. **A Luta continua**. Luanda, 1976. p 15.

Ipea: População em situação de rua no Brasil supera 281 mil.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-mil>>.

Acesso em 29 Out. 2023.

BRASIL. **Art. 06. Constituição da república federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em 04

mar. 2024..

GARCEZ, Ana Luisa Alves; CAVALCANTI, Marcus Alexandre Cavalcanti. FEITOSA, Clebson. BASTOS, Nathan da Costa Cavalcanti Bastos, p.10 2023. apud Lefebvre 2021

Direito a cidade contradições acerca da realidade urbana.

Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1128/1114>>

Acesso em 29 Out. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021;

SANTOS, Antônio Bispo dos, **Colonização, quilombos: modos e significações.**

Brasília, INCT/UnB,223-244 2015 Disponível em:

<<http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao-Quilombos.pdf>>.

Acesso em 30 Out. 2023;

VASCONCELOS F de AG de. **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula.** Rev

Nutr [Internet]. 18 DE Jul de 2018 (4):439-57. Disponível em:

< <https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001> > Acesso em 20 Out. 2023;

BOULOS. Guilherme. **Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto.** São Paulo: Scor-tec-
ci, 2012. 72 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7640302/mod_resource/content/1/Boulos-Por-que-ocupamosx.pdf >.

Acesso em 29 Out. 2023;

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**

1ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2015;

TOURAINÉ, Alain. **Production de la société.**
Paris: Seuil, 1973.

ALMEIDA, Bruna Camila Lima de
ARAUJO, Cristina Pereira de . **A questão habitacional na região metropolitana do Recife.**
Publicado 18-05-2022 Edição v. 27 n. 41 (2020): Cadernos de Arquitetura e Urbanismo Seção Artigo;

OLIVEIRA, Amanda Caroline de; ANDRADE, Sofia Vendramini.
MTST: a radicalidade na luta por moradia.

O direito Humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. p.4, 5, 6.

Disponível em <<http://www.nutricao.ufsc.br/files/2013/11/ApostilaABRANDHModulo1.pdf>>
Acesso em 10 Out. 2023;

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. **O conceito de movimentos sociais revisitado Karine Pereira Goss**
Em Tese, Vol. 2, n. 1 (2), p. 75-91

Relatório FJP – Déficit Habitacional no Brasil 2016 –2019

Disponível em: <[**Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social ATHIS Por uma política pública de autonomia popular no Recife**](https://fjp.mg.gov.br/em-2019-687-do-deficit-habitacional-no-brasil-foi-representado-por-pessoas-pretas-e-pardas-aponta-pesquisa/#:~:text=Entre%202016%20e%202019%2C%20o,atingiram%20percentuais%20acima%20de%2015%25.>>
Acesso em 01 Nov. 2023;</p></div><div data-bbox=)

NASCIMENTO, Matheus. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal de Pernambuco. 2020, p.8;

LACERDA, Norma. Mendes, Zancheti. Diniz, Fernando. **planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial.** Eure (Santiago), Santiago , v. 26, n. 79, p. 77-94, dic. 2000 .

Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007900005&lng=es&nrm=iso>.
Acesso em 01 Fev. 2024;

GARCEZ, Ana Luisa Alves et al. **DIREITO A CIDADE CONTRADIÇÕES ACERCA DA REALIDADE URBANA.** Revista Valore, [S.l.], v. 8, p. e-8048, jun. 2023. ISSN 2526-043X. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1128>>.

Acesso em 05 mar. 2024;

JUNIOR, Eronildo Estevam de Lima. **Arquitetura emergencial: abrigo temporário para desastres.** João Pessoa – PB. Maio de 2018. p.20 apud Pedro e Goés;

“A nossa luta diária só vai acabar quando tivermos teto, trabalho e pão.
Isso tem que organizar a nossa esperança”

Silvio Almeida

recife, 2024